

tempo e presença

Nova fase • Publicação de KOINONIA • Ano 17 • Nº 279 • Janeiro/fevereiro de 1995 • R\$ 2,00

BRASIL: A ALTERNATIVA ESCOLHIDA



CONSTRUINDO UM
NOVO ECUMENISMO

EM NOVA FASE MANTENDO A UTOPIA

Estamos inaugurando, com este número de TEMPO E PRESENÇA, um novo momento da Revista. Reafirmamos nossa fidelidade à utopia do projeto inicial de servir aos movimentos populares, às pastorais, ao ecumenismo e a todos aqueles que buscam construir uma sociedade mais alegre e justa.

Essa transição da responsabilidade institucional da Revista — do CEDI para uma das entidades que dele se originou, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço — dá-se num instante extremamente complexo por que passa o mundo, incluindo, conseqüentemente, o nosso país. Vivemos hoje dominados por um modelo econômico altamente excludente, que reduz milhões de pessoas à condição de marginalidade e de insignificância. O neoliberalismo, que tem fortemente embutida na sua proposta uma dimensão religiosa, apregoando a necessidade de sacrifícios humanos, para a salvação da sociedade, pela obediência aos ditames de um novo deus, representado pelo “livre mercado”, vai destruindo valores como solidariedade, compaixão, amor, respeito ao próximo, imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade humana baseado na justiça, paz e integridade da criação.

KOINONIA, que assume como princípio fundante um compromisso radical com o ecumenismo, procurará concretizar seus objetivos no fortalecimento da sociedade civil, na identificação e parceria com os historicamente excluídos do sistema, ideológica, política e economicamente, e por uma postura crítica a todas as formas de idolatria e de submissão humana.

TEMPO E PRESENÇA, como uma das expressões de KOINONIA, continuará portanto a serviço de todos aqueles indivíduos e organizações, que, comungando com esses ideais, estão na caminhada em favor da dignidade humana, da plena cidadania e da democracia.

O Brasil está vivendo também um novo período político. O atual governo começa a

definir mais concretamente os rumos que deseja imprimir ao seu projeto político, econômico e social. É momento de definições ante as possíveis alternativas que podem ser adotadas. Há evidentemente forças que pressionam por um ajuste da economia brasileira às exigências da globalização, removendo as travas à livre entrada e saída de capitais e de produtos estrangeiros em nosso país, dentro da estrita lógica do mercado mundial, ao mesmo tempo vulnerabilizando as relações de trabalho, favorecendo a terceirização, diminuindo o poder do Estado e adotando clara perspectiva privatizante. Análises da atual conjuntura e as indicações das opções do novo governo são apresentadas nesta edição.

O movimento ecumênico vive também tempos muito desafiadores. Na 1ª Jornada Ecumênica, realizada no Brasil, no ano passado, vieram à tona novas questões e indicações de ampliação de perspectivas do ecumenismo, que sem dúvida, ao mesmo tempo que interrogam paradigmas estabelecidos, enriquecem a proposta ecumênica. É impossível hoje desconhecer-se a existência e a pujança das diversas expressões religiosas, do reconhecimento da plena participação das mulheres em todos os setores sociais, da profundidade e do valor da cosmovisão dos povos de origem afra, da força e das surpresas da leitura comunitária da Bíblia. Ao mesmo tempo estaremos atentos para desvelar os valores religiosos que encobrem as propostas políticas e econômicas que dominam o mundo de hoje, e excluem do seu projeto grande parte da Oikoumene. Esses grandes desafios a um novo ecumenismo estão presentes nesta TEMPO E PRESENÇA.

Para que nossa revista, possa cumprir, de forma mais efetiva seus objetivos, renovamos nosso convite às/os leitoras/es para que participem em nosso trabalho por meio de críticas e de sugestões e na ampliação de nosso quadro de assinantes.

SUMÁRIO

Conjuntura

- 5 O GOVERNO ESCOLHE UM CAMINHO
Plínio Arruda Sampaio

Neoliberalismo

- 8 ORIGEM, AVANÇO E CRISE
DO NEOLIBERALISMO
Paulo R. Schilling

Política

- 11 QUADRO INTERNACIONAL
INFLUENCIA NOVO CONGRESSO
Marcondes Sampaio

Política agrária

- 14 A QUESTÃO AGRÁRIA NOS DILEMAS
DA GOVERNABILIDADE
José de Souza Martins

Jornada Ecumênica

- 18 DESCOBRIR A DIREÇÃO DO VENTO
Claudio de Oliveira Ribeiro
- 22 O ECUMENISMO E OS NOVOS
MOVIMENTOS RELIGIOSOS
Leonildo Silveira Campos
- 25 DESAFIO DE UMA TEOLOGIA NEGRA
Marcos Rodrigues da Silva
- 27 QUESTÕES DE GÊNERO NUMA
PERSPECTIVA ECUMÊNICA
Rosa Marga Rothe
- 30 DA BÍBLIA E DA ESPIRITUALIDADE
Paulo Botas
- 32 A LUTA CONTINUA

América Latina

- 35 A ESPERANÇA ESTÁ VIVA
Magali do Nascimento Cunha

Rubem Alves

- 38 COM OLHO DE PEIXE

Bíblia hoje

- 40 BERESHIT: A CRIAÇÃO
DA DIVERSIDADE
Maurício Waldman

Resenha

- 43 ALTERNATIVAS PARA O BRASIL
Paulo R. Schilling



Rev. Konrad Raiser, secretário-geral do CMI, participa de celebração eucarística na 1ª Jornada Ecumênica

Opções do novo governo — Tornam-se mais claros os rumos que se pretendem imprimir ao Brasil nestes primeiros meses do governo. As pressões de ordem externa e interna se vão desvelando e indicam qual a alternativa escolhida. **CONJUNTURA (5)**

Questão agrária — Todos os países que se modernizaram econômica e politicamente nos últimos anos estabeleceram políticas agrárias e impedimentos ou obstáculos à persistência ou reprodução de latifúndios. É necessário pressionar para que a reforma agrária conste da agenda do governo. **POLÍTICA AGRÁRIA (14)**

Interrogações ao ecumenismo — Com a realização da 1ª Jornada Ecumênica no Brasil vieram à tona, de forma criativa e autêntica, muitas novas perspectivas para o ecumenismo, que apontam um período de transição muito enriquecedor e renovador. **JORNADA ECUMÊNICA (18)**

Renascendo a esperança — A 3ª Assembléia Geral do CLAI, que reuniu mais de 400 pessoas, em Concepción, Chile, janeiro e fevereiro de 1995, foi uma reafirmação de que um dos maiores ministérios das igrejas hoje é reacender uma esperança viva em nossos povos. **AMÉRICA LATINA (35)**

Visão judaica da criação — Uma interpretação do Livro de Gênesis, através da perspectiva do povo de Israel, apresenta novos aspectos ausentes na tradição cristã. **BÍBLIA HOJE (40)**

tempo e presença

Nova fase – Revista bimestral de KOINONIA
Janeiro / fevereiro de 1995
Ano 17 – nº 279

KOINONIA Presença Ecológica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016

Rua Pinheiros, 406 casa 6
05422-001 São Paulo SP
Tel./fax (011) 280-7461

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Rodrigues Brandão
Emir Sader
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Márcio Santilli
Marília Pontes Sposito
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

COORDENADORA DA UNIDADE DE COMUNICAÇÃO
Magali do Nascimento Cunha
MTb 011-233

EDITOR
Jether Pereira Ramalho

EDITORES ASSISTENTES
Beatriz Araújo Martins
Paulo Roberto Salles Garcia

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA
Anita Slade

REDATOR
Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Beatriz Araújo Martins

CAPA
Anita Slade / Fotos Gianne
Carvalho e Douglas Mansur

PRODUÇÃO GRÁFICA
Supernova

FOTOLITO DA CAPA
Studio Portinari

FOTOLITOS E IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 2,00

Assinatura anual
R\$ 12,00

Assinatura de apoio
R\$ 20,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Em primeiro lugar quero parabenizar-vos pela diversidade de temas abordados durante o ano e dizer-vos que foram muito bem aproveitados em minhas aulas de História e Geografia.

Com muito prazer quero continuar a receber e divulgar esta revista que agora, sob a responsabilidade de KOINONIA, certamente continuará o trabalho de educação e conscientização popular. Trabalho tão necessário atualmente onde os livros não chegam ou não conseguem acompanhar as rápidas transformações sociais — táticas do poder político e econômico.

Adroaldo José Dallabrida
Ajuricaba/RS

Tomei conhecimento da revista TEMPO E PRESENÇA através de uma amiga, na Universidade. Estou maravilhada com os temas e conteúdos abordados. Com certeza irão me ajudar e enriquecer bastante na minha vida profissional e cotidiana. Renovei a assinatura e

espero que a revista continue com a qualidade que lhe é peculiar. Parabéns.
Lindalva Miranda Moura Alves
Teresina/PI

Venho por meio desta parabenizá-los pela idoneidade com que é redigida suas matérias. Não hesitei em escrever-lhes a fim de obter informações sobre como proceder para a realização de uma assinatura.

Cristiane Freitas
Belo Jardim/PE

Aproveito a oportunidade de assinar, pela primeira vez, a revista TEMPO E PRESENÇA, pois é grande a minha satisfação de poder ter contato com a temática apresentada, tão pertinente e indispensável para uma maior compreensão dos assuntos abordados e uma leitura crítica da realidade que atravessamos.

João Paulo Z. Domingos
Machado/MG

A todo o Conselho Editorial de TEMPO E PRESENÇA e também a KOINONIA, sucesso total, a partir de Janeiro/95, com a

publicação desta revista espetacular. Parabéns a Rubem Alves pelo excelente texto "Piracema ou Piração", que foi de profunda subjetividade em benefício de uma grande reflexão.

Antônio Orlando Luso Leão
São Luís/MA

Você sabe que gosto muito da revista TEMPO E PRESENÇA: material sério e bem apresentado. Mas apreciei sobremaneira este número 277: Conflitos e impasses do nosso tempo. Ele me ajudou a elaborar "Elementos para refletir a conjuntura nacional", que faço para a reunião dos Bispos.

Ernane Pinheiro/CNBB
Brasília/DF

Nesta oportunidade quero elogiar a revista TEMPO E PRESENÇA, uma publicação de alto nível e de conteúdo excelente. Parabéns.

Cantídio Sousa Filho
Teresina/PI

SEJA ASSINANTE DE TEMPO E PRESENÇA

e tenha em mãos uma publicação singular. São páginas que nestes mais de quinze anos se renovaram e se constituíram referência indispensável para todos os que se têm comprometido com a construção de uma realidade melhor. E se recusam a admitir silenciosos as imposições de uma democracia não-democrática, e de um mundo que não desejamos.

FAÇA AINDA HOJE SUA ASSINATURA, por apenas R\$ 12,00. Caso queira se tornar um assinante de apoio, envie-nos R\$ 20,00. Cheque ou vale postal para:

KOINONIA Presença Ecológica e Serviço

A/C Setor de Distribuição

Rua Santo Amaro, 129 Glória 22211-230 Rio de Janeiro RJ

Tel. (021) 224-6713 Fax (021) 221-3016

Exclusivamente no Rio de Janeiro.

O GOVERNO ESCOLHE UM CAMINHO

Plínio Arruda Sampaio

Perguntas que andam no ar: o atual governo resolverá os problemas do País? Depois de tantos anos de estagnação econômica, desemprego, inflação, teremos um novo ciclo de crescimento? O Plano Real dará mesmo os resultados anunciados, ou, como os anteriores, terminará em fracasso?

Para buscar resposta a essas questões, o primeiro passo consiste em visualizar o impasse político que está provocando estagnação, desemprego e pressão inflacionária.

DINÂMICA DAS TRANSFORMAÇÕES

Desde os anos de 1960, os analistas das sociedades latino-americanas dão por assentado — e esta foi uma das contribuições de Fernan-

do Henrique Cardoso para a compreensão da nossa realidade — que a dinâmica das transformações políticas e econômicas, nos países subdesenvolvidos e dependentes, caracteriza-se por ser a resultante de uma combinação de pressões internas e pressões externas. O movimento inicial vem de fora: uma alteração política ou econômica importante nos centros hegemônicos do sistema capitalista modifica as relações vigentes



Nando Neves / Imagens da Terra

entre o centro e a periferia, e inviabiliza uma situação de equilíbrio existente no país periférico. A partir daí, torna-se imprescindível um movimento de acomodação aos novos parâmetros, a fim de criar novo impulso na economia. Essa acomodação não tem nada de neutra. Pelo contrário, afeta classes sociais, facções de classe, grupos políticos. Ninguém escapa e ninguém fica indiferente. Todos se mobilizam, seja para defender sua posição ameaçada, seja para melhorá-la. A disputa que se trava então, internamente, constitui o elemento determinante do processo político de transição e o fator explicativo do resultado final desse processo.

A PRESSÃO QUE VEM DE FORA

No caso brasileiro, o que vem de fora, com força avassaladora, é a

AINDA TEMOS TEMPO...

O Brasil adiou o ajuste neoliberal, especialmente com o *impeachment* de Collor. Este tempo que conquistamos nos permite verificar os graves equívocos deste modelo. Nossas condições são mais favoráveis, pelas reservas cambiais ainda disponíveis, porque o déficit comercial ainda é pequeno, ou seja, porque o Plano Real está apenas no seu início.

O País precisa migrar lenta e seguramente do câmbio fixo, promover a reforma fiscal e tributária, e construir uma política de rendas negociada, acionando as câmaras setoriais para viabilizar uma estabilização monetária que não desestabilize a produção, incluindo um período mínimo de quarentena como o Chile já exigiu no passado.

Fonte: Artigo de Aloizio Mercadante, publicado na FSP em 5/2/95.



globalização — um processo complexo que inclui, de um lado, a unificação dos mercados pelas multinacionais; e, de outro, os efeitos da revolução tecnológica que tornou obsoleta a indústria “fordista”.

O modelo de desenvolvimento implantado a partir dos anos de 1930, reciclado por Juscelino e pelos militares, tornou-se completamente inviável em decorrência da globalização. Para voltar a crescer, de maneira estável, é preciso mudar os parâmetros anteriores (padrão de financiamento dos investimentos e dos gastos públicos, distribuição de renda, perfil da demanda), bem como as regras institucionais (relações de trabalho, regime do funcionalismo público, faculdades de intervenção do Estado na economia). Isso não é novo. Há quase vinte anos o País está atolado nesse impasse. Por quê? Porque qualquer solução eficaz que se adote para superá-lo implica necessariamente em prejuízos para alguns segmentos sociais e grupos de pressão que estão solidamente entinchados em posições de poder e têm, portanto, força suficiente para bloquear as medidas que consideram contrárias aos seus interesses. Foi assim nas “Diretas”, no Plano Cruzado, no governo Collor.

A SOLUÇÃO DAS ELITES

A solução que permite preservar o *status* social e o poder das elites consiste em ajustar a economia brasileira, o mais rapidamente

possível, às exigências da globalização. Trata-se de combinar atraso e moderno, para preservar sua posição de poder (o moderno precisa do atraso e o atraso aspira aos bens da modernidade). No contexto atual da economia internacionalizada, essa combinação significa, de um lado remover as travas à livre entrada e saída de produtos e de capitais em nosso país, porque a lógica desse processo exige a formação de um só mercado em todo o planeta; de outro lado, tornar precárias as relações de trabalho, o que exige, para evitar explosões sociais incontroláveis, as “políticas sociais compensatórias”. Para ajustar-se à globalização, uma elaborada estratégia foi montada, na esteira das experiências do Chile, México e Argentina — consideradas exitosas pelos economistas ligados ao sistema dominante. Estabilizar a moeda; equilibrar as finanças públicas; privatizar, favorecer a “terceirização”; criar condições ótimas para o capital estrangeiro; concentrar a ação do Estado nas políticas sociais compensatórias. Estes são, lá e aqui, os elementos básicos da estratégia.

Este modelo, denominado “modernizador” e que se destina, na retórica dos seus defensores, a impedir que o Brasil descambe para a “barbárie”, depara-se com duas grandes dificuldades.

A primeira refere-se à grande magnitude dos capitais que precisam ser atraídos para investimentos no Brasil. Sem que essa condi-

ção se cumpra, não há como crescer de modo estável. Ocorre que o governo não controla essa variável, como ficou demonstrado na recente crise cambial mexicana. Assim, torna-se difícil prever o que poderá acontecer com o governo Fernando Henrique Cardoso. Tudo vai depender de Wall Street, da City, do fundo Nikkey e outros centros "modernos" do capitalismo.

A segunda dificuldade é de ordem política e decorre do fato de que, para atingir o estado de bem-aventurança (sem pressões inflacionárias e com influxo firme de capital estrangeiro), é preciso passar pelo doloroso estágio da estabilização: anos e anos de escassez de oferta de empregos; salários baixos; redução dos serviços públicos; fechamento de fábricas; falências etc. No Chile, este estágio inicial durou mais do que uma década e exigiu a ditadura Pinochet. Está Fernando Henrique Cardoso disposto a impor uma férrea disciplina à população, a fim de que uma elite irresponsável possa desfrutar dos padrões desse consumo insensato das culturas decadentes do Primeiro Mundo, enquanto a massa trabalhadora amarga o desemprego e o empobrecimento, como está acontecendo na Europa e nos Estados Unidos?

Deve-se concluir, diante disso, que o programa neoliberal não resolve o impasse? Absolutamente. A conclusão correta é a de que, se resolver as duas dificuldades aqui esboçadas, o programa superará o impasse, só que da forma que convém a uma minoria dos brasileiros — aqueles que integram aquela categoria cuja cultura Galbraith analisou em seu último livro: a categoria dos "bem postos na vida".

A SOLUÇÃO DA MAIORIA

Mas existiria uma solução alternativa? A pergunta procede, porque a população tem sido bombardeada

ACABOU A LUA DE MEL

Começaram a surgir problemas com o Plano Real. O mais grave deles talvez seja o desajuste fiscal que inquieta por vários motivos. Primeiro, porque não foi resolvido no governo Itamar. Segundo, porque o déficit calculado para o Orçamento deste ano roça os R\$ 10 bilhões. O que não é pouco. Sobre tudo para um país que teve que devolver a "muleta" do IPMF e não tem nada ainda onde se apoiar. Os buracos nas contas da Previdência e do FGTS, para ficar em dois exemplos, permanecem fundos.

Outro problema controverso na administração do Plano Real é a política cambial. Com a queda do dólar de R\$ 1,00 para R\$ 0,85, as empresas que eram devedoras em dólares resgataram sem custo 15% de sua dívida externa, pelo menos enquanto o dólar não aumentar. Isso inclui grande parte do sistema financeiro, que se endividou em moeda estrangeira para emprestar em moeda nacional.

Fonte: Agenda de Mudanças, JB, 1/1/95.

pela "mídia" com uma propaganda destinada a fazer crer que o ajuste à globalização constitui a única alternativa à barbárie. Ora, isto não passa de um embuste. Celso Furtado escreveu, em 1992, um livro importantíssimo — *Brasil: a construção interrompida* — precisamente para mostrar que há uma alternativa que interessa à maioria da nação. Trata-se de inverter o raciocínio neoliberal e, em vez de ceder à obsessão das elites com ajuste modernizante, realizar uma série de reformas estruturais destinadas a melhorar a distribuição da renda; privilegiar o emprego, a educação e a saúde; combater de frente (e não com "políticas com-

pensatórias") a barbárie que já está instalada nas favelas, na zona rural, nos meninos de rua. Segundo Celso, a capacidade de poupança interna, somada aos rendimentos das exportações tradicionais do País, proporciona recursos suficientes para retomar taxas históricas de crescimento econômico e o PIB assim obtido, mais equitativamente distribuído, será suficiente para assegurar um padrão de vida modesto porém decente a todos. Esta trajetória não significa, de modo algum, renúncia à modernização tecnológica, mas simplesmente não deixá-la ao sabor dos cálculos de lucros das multinacionais.

Em resumo: o importante é romper os marcos do capitalismo dependente, o que supõe dois movimentos simultâneos: redefinir a qualidade das nossas relações com o exterior e promover a homogeneização social, mediante uma redistribuição da propriedade que torne efetivo o princípio constitucional da igualdade de oportunidades para todos os brasileiros.

O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Queira ou não, negue ou não, invoque ou não, reivindique ou não seu passado, reivindique ou não para seu programa o epíteto "social democrata", uma coisa é certa: Fernando Henrique Cardoso representa a primeira alternativa. O plano econômico em que baseou sua candidatura, as alianças que fez para viabilizá-la, seu programa de governo, seu ministério, tudo aponta para um governo comprometido com uma receita que, apesar dos protestos em favor da equidade, ajusta-se como luva à mais fria lógica neoliberal.

Plínio Arruda Sampaio é advogado, professor da PUC/SP e assessor de movimentos populares e de igrejas.

ORIGEM, AVANÇO E CRISE DO NEOLIBERALISMO

Paulo R. Schilling

Impressionante relato histórico mostra os efeitos da política neoliberal em diversos países e suas perversas consequências para os setores populares

A partir dos anos 1960, o formidável crescimento dos bancos internacionais e das empresas transnacionais, controlando cada vez mais a economia mundial, acelerou a aceitação das teses que preconizavam o fim do Estado Nacional (base do sistema capitalista nos últimos séculos) e sua substituição gradativa por entidades que conglomerassem no plano global os grandes monopólios.

Zbigniew Brzezinski (*La era tecnocrática*), a eminência parda do governo James Earl Carter e o grande teórico da globalização, pontificava: "O Estado Nação, enquanto unidade fundamental na vida organizada do homem, deixou de ser a principal força criativa: os bancos internacionais e as corporações multinacionais planejam e atuam em termos que levam muitas vantagens sobre os conceitos políticos do Estado Nação."

Trilateral. Os homens da Trilateral (o organismo que reunia as transnacionais dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, capitaneado por David Rockefeller) confessavam descaradamente que,

para manter o bem-estar do mundo rico, era necessário liquidar com todo o sistema de sustentação dos Estados Nacionais periféricos, eliminando as defesas que os diferenciavam das colônias tradicionais.

A aplicação da estratégia da Trilateral na Argentina e no Chile, na década de 1970, significou a quase total liquidação das indústrias nacionais e a bancarrota das respectivas economias. Foi necessário que as ditaduras militares liquidassem toda a resistência nacionalista-popular, com 30 mil e 10 mil mortos, respectivamente, prendendo e torturando centenas de milhares de cidadãos e lançando ao exílio cerca de dois milhões de refugiados políticos e econômicos.

Fundamentos. Posteriormente, verificou-se o avanço acelerado das teorias do neoliberalismo: a globalização das economias, a liquidação das fronteiras econômicas, o debilitamento do Estado, o arquivamento de direitos sociais considerados obsoletos, como a estabilidade de emprego e aposentadoria por tempo de serviço, o fim dos privilégios assegurados às empresas nacionais etc.

A grande experiência pioneira foi protagonizada por Mrs. Thatcher na Grã-Bretanha. O setor estatal da economia foi liquidado, os direitos sociais conquistados ao longo do último século aniquilados (a ponto da Inglaterra não ter sido admitida na "Europa Social"); a metrópole do grande império foi transformada em "cabeça-de-ponte" de empresas transna-



Calicut

cionais, especialmente japonesas, para penetrar no Mercado Comum Europeu. É enorme a popularidade da "Dama de Ferro" no Japão.

Outra grande experiência do neoliberalismo verificou-se na Espanha sob o governo "socialista" de Felipe Gonzáles. O "Pacto de Moncloa" deveria pôr fim à "luta de classes", conciliando os interesses das grandes empresas e de seus trabalhadores sob a tutela do Estado. A experiência espanhola, que exerceu enorme influência entre nós (as câmaras setoriais, às



Para “salvar” a economia do México, ou melhor, para minorar as perdas dos especuladores ianques, os Estados Unidos se propõem a investir mais quarenta bilhões de dólares em troca do que ainda resta de nacional na economia do país de Zapata, o petróleo

quais as centrais sindicais brasileiras aderiram entusiasmadas), fracassou completamente. O nível de desemprego na península ibérica (apesar dos milhões que trabalham em outros países da Europa), alcança a 25% da força de trabalho, duas vezes e meia o índice europeu. A corrupção campeia solta, liquidando o que resta do prestígio de Gonzalito, tão badalado por setores da esquerda brasileira.

Paralelamente, consolidavam-se as unificações regionais. A Comunidade Européia, depois de

quase meio século de avanços graduais, chegaria a um ponto considerável de integração. As barreiras internas desapareceram, porém constituiu-se a *Europa Festung*, a fortaleza que trata de impedir a entrada da concorrência extracontinental. Sem barreiras que impeçam a entrada de automóveis japoneses, de tecidos, sapatos e brinquedos asiáticos, e produtos agrícolas americanos (EUA, Canadá e Argentina), a economia européia vai à falência. Entretanto, os governos e os teóricos do Velho Mundo seguem pressionando os países periféricos no sentido de total abertura de nossas fronteiras. “Façam o que digo, não façam o que eu faço”.

MÉXICO — REALIDADE PESSIMISTA

O intelectual mexicano, Jorge Castañeda, ao fazer críticas ao neoliberalismo, em recente conferência em Brasília, relatou que, em 1987, o candidato Carlos Salinas, do PRI, partido que está no poder há 66 anos, chegou à presidência da República sem o apoio da classe média. Para reconquistá-la, a estratégia foi escancarar a economia à concorrência de produtos estrangeiros.

Para embalar os sonhos de consumo da classe média, o governo manteve, durante anos consecutivos, a moeda local valorizada em relação ao dólar, barateando as importações. Fez lá o que os críticos do Plano Real acusam o governo de estar fazendo aqui.

“O México foi golpeado mortalmente”, disse o cientista político, ao resumir suas críticas ao modelo econômico implantado há oito anos e que, há pouco mais de um mês, desembocou em uma grave crise cambial.

Segundo Castañeda (autor do livro *Utopia Desarmada*), desde 1990, o México começou a acumular déficits em conta corrente (saldo comercial mais o pagamento de juros da dívida externa). “A dívida externa chega hoje a US\$160 bilhões e, só em 1995, vamos ter que pagar US\$ 14 bilhões em juros”.

Fonte: JB, 15/2/95

México. Na América do Norte, a constituição do NAFTA (EUA, Canadá e México) significou a total colonização do país azteca. Acumulando déficits comerciais de mais de US\$ 50 bilhões nos últimos três anos; gerando 400.000 novos empregos... nos EUA; elevando a dívida externa mexicana de 80 para 150 bilhões de dólares; abrindo suas bolsas ao saque indiscriminado do capital especulativo norte-americano; o México faliu. Para "salvar" a economia do país (ou melhor, para minorar as perdas dos especuladores ianques), os Estados Unidos se pro-



O neoliberalismo aplicado na Argentina está levando o país à total liquidação de sua soberania e ao colapso de sua economia

MERCADO LIVRE PARA OS OUTROS

Os países desenvolvidos estão buscando uma forma de fortalecer seu comércio. Para isso, vêem os países latino-americanos como parceiros para sua política neoliberal; enquanto nos limitáramos a exportar matéria-prima, os EUA produziram em suas fábricas robotizadas e pouco poluentes, mercadorias que nos invadiriam graças à imposição do "mercado livre e aberto". Chile e Argentina já aceitaram essa situação. Na busca dessa "inserção" econômica, a "abertura" do mercado só vale para os países subdesenvolvidos. Nos EUA como na Europa, o protecionismo é a prática comum. Quando conseguimos algum produto competitivo, os EUA não tardam em aplicar represálias para dificultar nosso ímpeto exportador. O suco de laranja, os sapatos, o ferro são bons exemplos disso.

Fonte: Boletim da Rede de Cristãos das Classes Médias, nº 25, Janeiro/95.

põem a investir mais US\$ 40 bilhões, porém em troca do que ainda resta de nacional na economia do país de Zapata, o petróleo. E força o Brasil e a Argentina a emprestarem US\$ 1 bilhão, nominalmente ao governo mexicano, na realidade para minorar as perdas dos fundos sociais norte-americanos que especulavam na bolsa do México. Obviamente, com a ale-

gre adesão de Fernando Henrique Cardoso e de Carlos Menem, os campeões do neoliberalismo no Hemisfério Sul.

Argentina. O neoliberalismo aplicado na Argentina está levando o país à total liquidação de sua soberania e ao colapso de sua economia. A dolarização — equiparação do dólar ao peso — e o tratado que concedeu extraterritorialidade ao capital norte-americano, transformaram a economia do país do Plata num apêndice secundário da norte-americana. A abertura das fronteiras fez com que a balança comercial passasse de superávit de US\$ 8,9 bilhões, para déficit de US\$ 6 bilhões, significando uma perda para o país de cerca de US\$ 30 bilhões em cinco anos. A indústria argentina está sendo avassalada pela brasileira, especialmente pelas transnacionais estabelecidas em nosso país.

Para bancar a loucura entreguista, Menem liquidou com praticamente todas as empresas do Estado (incluindo ferrovias, rodovias e o monopólio do petróleo) a preços que representaram, em média, 25% do seu valor real e pagos em títulos da dívida externa, que no início do processo de desestatiza-

ção representavam 11% do seu valor nominal. Agora, para fazer frente às repercussões da falência do México (como os brasileiros, os economistas oficiais portenhos também insistem — até a exaustão — que a situação em seu país é distinta da verificada no México), Menem vai vender as três plantas atômicas e as hidrelétricas (Yaciretá e Salto Grande construídas em sociedade com o Paraguai e o Uruguai). Aparentemente sem consultar seus sócios. Em 1992, o povo uruguaio, revelando sua enorme consciência política, decidiu, em plebiscito, por 70% dos votos, proibir a privatização das empresas do Estado.

Brasil. No Brasil, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso e a desmoralização da oposição (que foi incapaz de apresentar soluções alternativas ao projeto neoliberal e terminou comprometida no processo de corrupção, aceitando dinheiro das empreiteiras ou votando em favor da vergonhosa anistia ao presidente do Senado), o neoliberalismo — com o apoio maciço, monolítico das classes dominantes e da mídia, e graças às vacilações e à indefinição das forças populares — ainda consegue apresentar-se como solução.

Cresce, entretanto, a oposição aos planos de liquidação da soberania e de anulação dos direitos sociais conquistados pelo povo nos últimos sessenta anos. Oposição exposta em documentos das Igrejas e no valente livro do embaixador Paulo Nogueira Batista (*O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*).

Paulo R. Schilling é responsável pelo Projeto "Sociedade e Economia" de KOINONIA. É autor de *Brasil: a pior distribuição de renda do planeta* (CEDI/KOINONIA).

QUADRO INTERNACIONAL INFLUENCIA NOVO CONGRESSO

Marcondes Sampaio

Uma análise dos fatores externos e internos que atuam sobre o Congresso indica que o governo não tem uma base coesa suficiente para assegurar uma tranqüila aprovação das suas propostas.

Instalada no dia primeiro de fevereiro, mas com os trabalhos efetivamente iniciados no dia 15, a 50ª Legislatura do Congresso Nacional tende a se revelar mais produtiva que a Legislatura passada. Polêmicas, de urgência discutível na maioria dos casos, as reformas constitucionais, ao contrário da frustrada tentativa de 1993, começarão a ser votadas pelos congressistas nos próximos meses, produzindo conseqüências de relativa expressão na vida econômica e so-

cial do País. Ao mesmo tempo, ao lado do esforço de reabilitação da imagem abalada nos últimos tempos, a instituição procurará recuperar espaços perdidos para o Executivo, numa das suas atividades essenciais, que é a legiferante. Nesse sentido, uma das primeiras iniciativas que certamente prosperará é o projeto de lei complementar destinado a regular a edição de medidas provisórias, de modo a conter os abusos cometidos pelos últimos governos.



Marcelo de Oliveira / Imagens da Terra

BLOCOS IDEOLÓGICOS NO CONGRESSO

Blocos	Partidos	Câmara	Senado	Congresso
Esquerda Nacionalista	PSB	14	1	15
	PCdoB	10	—	10
	PMN	4	—	4
	PARCIAL	28	1	29
Esquerda <i>Light</i>	PT	49	5	54
	PV	1	—	1
	PARCIAL	50	5	55
Centro-Esquerda	PSDB	62	10	72
	PPS	2	1	3
	PARCIAL	64	11	75
Centro Federalizado*	PMDB	107	22	129
	PDT	34	6	40
	PP	37	5	42
	PARCIAL	178	33	211
Liberais Conservadores	PFL	89	19	108
	PL	13	1	14
	PSD	3	—	3
	PSC	3	—	3
	PRP	1	—	1
	PRN	1	—	1
	PARCIAL	110	20	130
Nacionalistas Conservadores	PPR	52	6	58
	PTB	31	5	36
	PARCIAL	83	11	94
TOTAL		513	81	594

* O conceito de "centro federalizado", atribuído ao PMDB, PP e PDT, decorre da heterogeneidade ideológica da composição das suas bancadas, eleitas em coligações diversas, conservadoras ou progressistas a depender do estado.

Fonte: Texto do Instituto Socioambiental, *Eleições 94*, Márcio Santilli, dezembro de 1994.

Eleições na Câmara e no Senado. Os que esperavam mudanças mais relevantes nos costumes e na índole do Legislativo sofreram, já no início do mês, a primeira decepção, diante da eleição, para as presidências do Senado e da Câmara, de dois representantes das mais sólidas oligarquias do Nordeste — o maranhense José Sarney e o baiano Luís Eduardo Magalhães, respectivamente. A análise sobre a ascensão dos dois ao comando do Congresso não pode, contudo, ficar restrita a esse as-

pecto oligárquico. Na realidade, pela própria dimensão que essas oligarquias alcançaram — ultrapassando as fronteiras regionais e ampliando seus interesses —, elas já não podem ser analisadas apenas sob o enfoque do caciquismo que, no âmbito local, encarnam. No anverso, elas também apresentam uma face do que a visão do liberalismo qualifica de modernidade, o que as torna aceitas (mais no caso de Luís Eduardo) ou ao menos toleradas (caso Sarney) pelas elites do Centro-Sul e, mais do

Marcelo de Oliveira / Imagens da Terra



que isso, integradas ao projeto de globalização da economia.

Apesar dessa integração ao ideário liberal, mais forte nos estados mais ricos, Sarney e Luís Eduardo, paradoxalmente, devem suas eleições, em grande parte, ao sentimento existente nas representações dos estados mais pobres, de contenção do poder crescente que São Paulo exerce sobre o conjunto da Federação. Antes, São Paulo já tinha o poder econômico, e isso era o bastante para antagonizá-lo em relação ao Norte e Nordeste. Com a eleição de Fernando Henrique e a montagem de sua equipe econômica — de certo modo simbolizada na figura do Ministro do Planejamento, José Serra — passou a deter a outra metade do poder político, dividido com o Congresso.

Os novos presidentes da Câmara e do Senado têm reiterado que irão lutar pelas mudanças constitucionais propostas pelo presidente e que, segundo seus críticos, tendem a aumentar os desequilíbrios regionais e, em consequência, a agravar a pobreza do Norte e do Nordeste. Tal compromisso, contudo, esbarra nas resistências de muitos que os elegeram, resistências essas que, mesmo mal articuladas, criaram sérios embaraços ao governo, na formulação das suas propostas.

Recuos. Com efeito, o governo tem revelado sucessivos recuos em relação às suas intenções originais quanto a questões como as reformas tributária, previdenciária e econômica. Tais recuos podem ser explicados não só pelas pressões internas, de governadores e de

corporações, mas também pela conjuntura internacional, que passou a assumir contornos preocupantes, desde dezembro, com a eclosão da crise do México. O exemplo mexicano provocou insegurança no governo que, antes de empossado, dava demonstrações de maior determinação no propósito de executar o projeto liberal que arruinou aquele país e continua a arruinar a economia argentina. Mais do que no governo, o caso do México conteve tendência que se observava até mesmo em setores de esquerda, de se renderem aos encantos da dita "modernidade" receitada pelo FMI e pelo chamado "Consenso de Washington".

Esse quadro internacional, que fragiliza o receituário liberal, encontrou, no Brasil, uma sociedade desmobilizada e desencantada até mesmo em razão das primeiras decepções com o novo governo. Isso

para não falar do já grande desgaste vivido pelo Congresso nos últimos tempos. A propósito, vale observar que um dos erros que se comete na avaliação do papel do Legislativo é o de imaginar que a qualidade da representação que ele abriga resulta da mera soma das qualidades individuais, quando a história — inclusive a mais recente — tem demonstrado que o teor das ações do Congresso tem muito a ver com a qualidade das pressões que ele recebe do conjunto da sociedade e da mídia.

Poder da mídia. Em algumas ocasiões, — do que é exemplo o *impeachment* de Collor e a CPI do Orçamento — sociedade e mídia têm atuado com vistas a um só objetivo, mas nem sempre os propósitos são convergentes. Em relação às reformas constitucionais, até mesmo pela diversidade de interesses que envolve, o denomina-

dor comum parece inviável. Na realidade, influentes setores da mídia têm contribuído para a antagonização de objetivos quando assumem, escancarada e até provocativamente, o projeto liberal, em confronto com a parcela da sociedade que prefere a preservação das conquistas sociais asseguradas pela Constituição de 1988 e que resiste à tentativa de desmantelamento do Estado.

Esse posicionamento da mídia — que até mesmo usa o seu poder para agravar a desmoralização (ou auto-desmoralização) das instituições — chegou a influenciar membros de partidos progressistas, que se renderam à sua pauta (dela, mídia) em prejuízo da defesa dos programas partidários e das aspirações dos segmentos do eleitorado por eles representados. Tal situação, contudo, já começou a ser contida nos partidos em que chegou a se manifestar, graças à advertência mexicana e à ação de dirigentes (leia-se Brizola, no caso do PDT) ou das correntes mais refratárias à onda mudancista (caso do PT).

Em síntese, pode-se concluir que nenhum partido — nem mesmo aqueles que compõem a chamada base de sustentação do governo — têm coesão suficiente para assegurar a tranqüila aprovação das propostas de iniciativa do Palácio do Planalto. As reformas sairão, mas será um processo penoso e possivelmente bem mais lento que o pretendido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que agora, sintomaticamente, já admite que as reformas se estenderão por todo o seu governo. Para definir melhor o teor e ritmo delas, o que falta agora é o envolvimento da parte mais interessada — a sociedade.

Marcondes Sampaio é jornalista e assessor do INESC (Brasília).



A QUESTÃO AGRÁRIA NOS DILEMAS DA GOVERNABILIDADE

José de Souza Martins

É possível fazer de conta que o Brasil é um país moderno e tentar governá-lo sem resolver a questão agrária, supondo-a uma questão menor? Provavelmente, sim. Mas, a um custo social e, no fim das contas, também político de consequências históricas amplas.

A nossa questão agrária nasce no processo de extinção da escravidão negra no século XIX. Até então, sobretudo até às vésperas da Independência, o regime de propriedade era o da livre ocupação das terras devolutas, seguido ou precedido do seu reconhecimento formal pelo título de sesmaria. Era, além do mais, um regime em que o soberano e, portanto, o Estado, mantinha o domínio, a propriedade eminente da terra, cedendo-lhe apenas o uso. O direito de propriedade recaía apenas sobre as benfeitorias. A livre ocupação da terra, porém, estava fortemente circunscrita. Os títulos só podiam ser obtidos por pessoas que fossem brancas e livres, o que até o século XVII se chamava de “homens bons”, isto é, aqueles que tinham direitos políticos e podiam fazer parte das câmaras municipais. Quem não estivesse nessa

condição, mesmo não sendo escravo, não tinha outra alternativa senão a de trabalhar para os que tinham legitimamente acesso aos direitos sobre a terra. Não só os escravos, portanto, mas também os mestiços (índios e negros com brancos) e os índios libertados da servidão em meados do século XVIII estavam sujeitos a viver como agregados dos grandes proprietários. Mas, basicamente, a escravidão funcionava como uma muralha que impedia o acesso dos pobres às terras devolutas e livres, disponíveis para ocupação.

Lei de terras. À medida em que foi ficando claro que o regime de escravidão entrava em crise e se aproximava da extinção, pouco depois da Independência, o Parlamento brasileiro passou a agir no sentido de produzir uma legislação que assegurasse à grande propriedade a mão-de-obra que faltaria com o fim do regime servil. Pois, com o fim do cativo e a permanência de um regime de livre ocupação da terra, os libertos dificilmente se contentariam com a condição de trabalhadores das mesmas fazendas em que haviam



Trabalho escravo – canavieiros da Usina Nova Aliança, Bahia.

sido escravos. Foram quase simultâneas duas leis que trataram do assunto, em 1850: a que promoveu o fim do tráfico negreiro para o Brasil e a Lei de Terras. Esta última gerou um direito novo de propriedade em substituição ao regime sesmario. Pela nova Lei de Terras, base do nosso atual direito de propriedade, as terras devolutas não poderiam ser ocupadas por outro meio que não fosse o da compra. Ao mesmo tempo, o Estado abria mão de seus direitos como proprietário eminente das terras de particulares, isto é do domínio, em

favor do particular, juntando num único direito de propriedade a posse e o domínio. Desse modo, os escravos que fossem libertados da escravidão e os imigrantes que fossem trazidos para o País para substituí-los, teriam que trabalhar, ao menos durante algum tempo, antes que conseguissem juntar dinheiro, nas terras dos grandes proprietários ao invés de tentarem estabelecer-se por conta própria sobre terras disponíveis para a livre ocupação.

Modernização da agricultura.

Essa restrição ao direito de propriedade criava uma superpopulação relativa, artificial ou uma posição mão-de-obra sobrando que não teria outro meio de sobrevivência a não ser o de oferecer-se como mão-de-obra ao grande proprietário. Nas diferentes regiões econômicas, de modo geral, o trabalhador agrícola combinou a produção direta dos seus meios de vida, de sua subsistência, com o trabalho na grande lavoura do fazendeiro, tudo no interior da mesma fazenda. E assim foi enquanto a grande propriedade teve fome de braços, o que durou até a segunda metade dos anos 50 deste século. A partir de então, a modernização da agricultura, a transformação das áreas de agricultura de exportação, como café, em áreas de pastagem ou de produção de alimentos, alterou significativamente esse quadro. A modernização tecnológica limitou a demanda de mão-de-obra a apenas momentos específicos do processo de trabalho agrícola, como a colheita de café e o corte da cana. As pastagens, mesmo não modernizadas, reduziram drasticamente a necessidade de trabalhadores a um pequeno número de empregados. Durante algum tempo, os excedentes de mão-de-obra puderam ser absorvidos na cidade por certos setores da indústria, sobretudo aqueles neces-

EXCLUÍDOS PELO LATIFÚNDIO

Difícilmente se encontrará no resto do mundo uma distribuição de propriedade tão perversa, como no Brasil. Considerando os 36 milhões de habitantes das zonas rurais e uma família média de 5 pessoas, chegaríamos à conclusão de que cerca de 5 milhões de famílias rurais podem ser incluídas na classificação de "sem-terra" e minifundiários.

Estão condenadas à miséria e poderiam ser classificadas como os **excluídos pelo latifúndio**. A política absurda de privilegiar a produção destinada à exportação ou a combustíveis, é causa fundamental, junto da concentração da propriedade rural e a não-vigência de uma política agrícola efetiva, da fome que vítima porções cada vez maiores da população brasileira.

Fonte: Brasil: A pior distribuição de renda do planeta - Os excluídos, Paulo R. Schilling, CEDI/KOINONIA, 1994.

sitados de mão-de-obra não qualificada. Mas, essa absorção tem sido circunscrita a setores de baixa densidade tecnológica e uso extensivo de força de trabalho, setores que também estão se transformando, se modernizando ou desaparecendo.

Tensões no campo. Desde os anos de 1950 as dificuldades de realocação dessa mão-de-obra expulsa e excedente dão sinais de agravamento, geram miséria no campo (através da proliferação de uma massa de trabalhadores sazonais e transumantes submetidos a intensos processos de desmoralização e exclusão social) e geram miséria na cidade (onde o grande crescimento da população das favelas e cortiços resulta em processos idênticos). A resistência dos traba-



lhadores rurais à expropriação que os priva das condições tradicionais de vida é notória desde as famosas lutas das Ligas Camponesas, no Nordeste, passando pelas revoltas de Goiás e do sudoeste do Paraná, ainda nos anos de 1950. Às tensões no campo, agregou-se a ampla frente pioneira amazônica, a partir do final da década de 1960 apoiada no deslocamento de populações indígenas, na invasão de seus territórios, com consequências claramente genocidas, e também a invasão de terras ocupadas por posseiros, muitas vezes há várias gerações. O processo foi o inverso do regime sesmarial da Colônia: o título de propriedade tem prevalecido sobre os direitos de ocupação efetiva.

A questão agrária brasileira se constituiu nesse processo: continuam operando os mecanismos de interdição do acesso à terra por parte das populações pobres, que dependem de recursos financeiros

elevados para obtê-la, recursos que não têm; e ao mesmo tempo, a grande propriedade já não precisa, senão muito limitadamente, dessa mão-de-obra. Agravado o fato pela inclusão das populações indígenas nesse processo de exclusão e marginalização. Ao mesmo tempo, a propriedade da terra perdeu sua função principal de meio de produção para se transformar em meio de especulação. Mesmo o grande fazendeiro que efetivamente se dedica à produção agrícola ou pecuária não pode deixar de levar em conta, em seus cálculos

A resistência dos trabalhadores rurais à expropriação que os priva das condições tradicionais de vida é notória desde há muito tempo

de rentabilidade, o preço especulativo da terra que possui. O caráter especulativo que assumiu a propriedade fundiária em nosso país foi alimentado pela política de subsídios e incentivos fiscais, em que o título de propriedade é documento suficiente para assegurar crédito gratuito ou barato e até mesmo o incentivo de doações financeiras como ocorre nas áreas de reflorestamento e na Amazônia.

Questão política. O Estado foi profundamente envolvido como gestor dessa política de redistribuição de recursos públicos para o setor privado, de recursos sociais para os setores ricos da população. Ricos e poderosos. As características assumidas pelo direito de propriedade no Brasil, sobretudo durante o regime militar, revitalizaram as velhas oligarquias políticas latifundistas e as recolocaram no centro dos mecanismos de poder do País. É o que dá ao Estado brasileiro um caráter tão profundamente oligárquico, clientelista e antimoderno. Desse modo, a grave questão social brasileira, constituída por esses milhões de brasileiros desenraizados e marginalizados, não se resolve sem que um governo modernizador crie uma questão política: a de responsabilizar os grandes proprietários de terra e, com eles, esses setores atrasados da elite política pelas consequências sociais de um dos seus privilégios mais sólidos, condição de sua sobrevivência, que é o latifúndio, cobrando-lhes o tributo que sobretudo eles devem pagar pelos privilégios que têm. Para isso é necessário regulamentá-lo severamente ou reduzi-lo drasticamente. Ora, eles têm parcela ponderável do poder. Acabam de ver aumentada a sua representação política e fortalecido o seu mandato, com os resultados da recente eleição. Ao longo da história contemporânea do Brasil tem

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO BRASIL

Destino	Área em hectares	Porcentagem sobre o total das terras
Lavouras anuais	45.500.000	11%
Lavouras permanentes	11.000.000	3%
Áreas em "descaso"	9.000.000	3%
Pastagens naturais	107.000.000	30%
Pastagens cultivadas	70.000.000	18%
Florestas e bosques	78.000.000	22%
Reflorestamento aproveitado	5.500.000	1%
Terras não agricultáveis	18.000.000	5%
Terras produtivas sem nenhuma utilização	26.000.000	7%
TOTAL	370.000.000	100%

Observa-se que de todas as terras que têm dono no País, apenas 14% são utilizadas na lavoura.

Fonte: IBGE e INGRA, 1985.



J.R. Ripper / Imagens da Terra

Despejo em Magé, RJ

sido impossível governar sem eles e, sobretudo, governar contra eles. Esse é o impasse.

Reforma agrária. O Brasil é o único dos grandes países de tradição agrária que não fez uma substancial reforma agrária ao longo de sua história. Todos os países que se modernizaram econômica e politicamente nos últimos pouco mais que cem anos estabeleceram políticas agrárias em favor da agricultura familiar e de sua modernização, e estabeleceram impedimentos ou obstáculos à persistência ou à reprodução do latifúndio: os Estados Unidos, no século XIX (na mesma época em que o Brasil assegurava a sobrevivência do latifúndio escravista), instituíram a Lei de Colonização para impedir que os grandes proprietários escravistas do Sul estendessem seus domínios às terras do Oeste, e as destinaram à agricultura familiar. Com a ocupação do Japão, os próprios americanos fizeram ali uma reforma agrária que bloqueou o poder político dos senhores de terra e assegurou o extraordinário crescimento econômico daquele país. Taiwan e outros países orientais que têm hoje grande vitalidade econômica fizeram reformas agrárias.

Em nosso país, porém, não existe um conflito de interesses econômicos e políticos entre os grandes proprietários de terra e os empresários de outros setores, de um lado, ou entre os grandes proprietários de terra e a maioria da população, para que uma consequente reforma agrária seja feita. Resta apenas o conflito entre os interesses nacionais, inclusive os do fortalecimento da democracia incipiente, e os interesses dessa minoria que não tem por que abrir mão voluntariamente de seus privilégios de classe.

Colocar na agenda. Fernando Henrique Cardoso, um conhecedor e estudioso do problema, disse mais de uma vez, antes de se tornar candidato à presidência, que os próprios grupos interessados na reforma não conseguiram pôr a questão agrária na agenda política do Estado brasileiro. Nesse sentido, ela ainda não é uma questão. Nessa perspectiva, é apenas uma pendência. Isso quer dizer que não haverá reforma sem negociação política. É a pressão dos movimentos sociais, mas é também a negociação dos partidos políticos por eles sensibilizados, que põem uma questão na agenda política do

O Brasil é o único dos grandes países de tradição agrária que não fez uma substancial reforma agrária ao longo de sua história

Estado. Obviamente, se os grandes proprietários não forem convencidos pelas elites a abrir mão de seus privilégios em favor dos interesses do País, as vítimas desse regime iníquo de propriedade também não serão convencidas a aceitar como fato natural a miséria e a exclusão. Os graves problemas sociais do País falam disso todos os dias. E eles, aparentemente, já estão fora de controle.

A tese de que, para que se resolvesse, a questão agrária tem que ser incluída na agenda política do Estado, dá uma pista de como será provavelmente encaminhada: as vítimas e os setores da sociedade e partidos políticos que com elas se identificam é que têm a responsabilidade de incluí-la na agenda do poder. Isso quer dizer que ela só será apreciada se for agendada em termos de uma negociação prévia e não em termos de um enfrentamento. O que quer dizer também que, em relação a esse e outros assuntos, o novo presidente pretende conduzir-se como magistrado e não como ativista. Desse modo é que pretende assegurar a governabilidade do País.

José de Souza Martins é professor titular da Cátedra Simón Bolívar, da Universidade de Cambridge (1993/94), Grã Bretanha; Professor Associado do Depto. de Sociologia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Entre outros livros, publicou *A Chegada do Estranho* (Editora Hucitec, São Paulo, 1993) e *O Poder do Atraso* (Editora Hucitec, S. Paulo, 1994).

DESCOBRIR A DIREÇÃO DO VENTO

Claudio de Oliveira Ribeiro

A história do ecumenismo no Brasil deverá eleger a 1ª Jornada Ecumênica (Mendes-RJ, outubro de 1994) como um de seus momentos significativos. A diversidade dos participantes, os temas tratados e os impasses e desafios que se apresentam aos cristãos são aspectos apresentados pelo autor e sinalizam novas rotas para o barco da oikoumene

O Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI, que hoje desenvolve suas atividades como KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, ao propor e assumir a realização dessa Jornada, possui a consciência do risco e do alto grau de responsabilidade para com a comunidade ecumênica brasileira. Com as proporções que o encontro adquiriu, esta consciência tornou-se ainda mais aguda. Mas a co-responsabilidade das entidades co-promotoras do evento, o apoio e o entusiasmo de muitos colaboradores, parceiros e amigos e o sentimento vocacional que indicava o momento singular e oportuno, o *Kairos*, para a realização da Jornada, impulsionaram a todos.

DE VENTO EM POPA

Realizada a Jornada Ecumênica, o sentimento é semelhante ao daquele que, cansado, suspira fundo, pois sabe que o esforço maior já se foi. A satisfação em ver completa uma etapa importante de trabalho mistura-se às expectativas em relação ao que vem pela frente, devido à relevância atingida pelo evento. De fato, alguns aspectos indicam essa importância. O primeiro deles trata da representatividade alcançada pela Jornada. Quatro centenas de participantes vindos de todas as regiões do Brasil, de todos os ramos confessionais, durante quase uma semana refletiram sobre as questões emergentes e os mais destacados



temas que norteiam a Pastoral e o Movimento Ecumênico no Brasil. A qualidade dessas discussões foi interpelada pelas experiências acumuladas de trabalho, não somente das organizações co-promotoras do evento — CMI, Clai, Conic, Cese e Cedi/KOINONIA —, mas de quase duas dezenas de entidades que trouxeram reflexões, questionamentos e proposições.

Nesta mesma ótica, a diversidade. Poucas vezes no Brasil foi possível reunir pessoas tão diferentes: leigos com experiências pastorais em áreas periféricas e extremamente empobrecidas; bispos e presidentes de igrejas; pessoas que atuam em organizações ecumênicas de assessoria e de educação popular; grupos que têm aprofundado a fé a partir da condição de negros e de negras; jovens entusiasmados com as possibilidades do ecumenismo; líderes de iniciativas ecumênicas realizadas há pelo menos três décadas; padres, pastoras e pastores evangélicos; pessoas do campo e da cidade; teólogas e teólogos; pessoas sem vinculação direta com as igrejas ou organizações ecumênicas, mas que se colocam dentro do barco ecumênico; e uma série de outros perfis dos mais variados. Essa diversidade, em si, já realça o êxito da Jornada. Nela, viveu-se uma tensão criativa que não somente caracteriza a proposta ecumênica como, após o evento, deverá renovar, redimensionar e trazer novos desafios para o Movimento Ecumênico.

O terceiro aspecto da importância do encontro foi o momento de sua realização. “O mar não está para peixe”, concordam católicos e protestantes. A crise generalizada na pastoral popular; o reforço institucional dos setores dirigentes das igrejas às propostas de caráter massificante, avialista e individualista; o estreitamento das igrejas no campo ecumênico, somados aos percalços políticos no País;

mobilizam as pessoas e grupos para a busca de novos referenciais, propostas e utopias. A 1ª Jornada Ecumênica possibilitou espaço de articulação entre grupos com interesses afins; oportunidade de fraternidade, alegria, comunhão e festa; aprofundamento teórico das diferentes práticas e perplexidades atuais; além da comunhão celebrativa e eucarística entre católicos, anglicanos e evangélicos o que, indubitavelmente, alimentou a esperança de muitos.

Como último elemento destaca-se a participação do secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, rev. Konrad Raiser. Poderia ter sido uma visita a mais, todavia não foi. Sua participação na Jornada, assim como o conjunto de sua primeira visita ao Brasil, refere-se ao momento singular de sua eleição como secretário do CMI, compreendida pela comunidade ecumênica como ruptura *kairótica* com uma proposta ecumênica burocrática, eclesiástico-cêntrica e pouco atenta aos novos desafios teológicos. “O Konrad” — como é a forma brasileira de referir-se a ele — frisou que não veio dar respostas. Interpelou pastoral, humana e teologicamente as reflexões, dialogou criticamente com os participantes, sinalizou novos paradigmas, caminhos e desafios para o Movimento Ecumênico no Brasil e no mundo e entrou na roda com a gente também.

NAS MESMAS ÁGUAS

Daqueles que trabalharam na coordenação do encontro, dois eram ainda bem crianças, outro acabava de nascer e uma nem mesmo no ventre materno estava quando ocorreu a Conferência do Nordeste (1962), promovida pelo Setor de Estudos e Responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil. Qual o porquê desta referência?

A 1ª Jornada Ecumênica, na

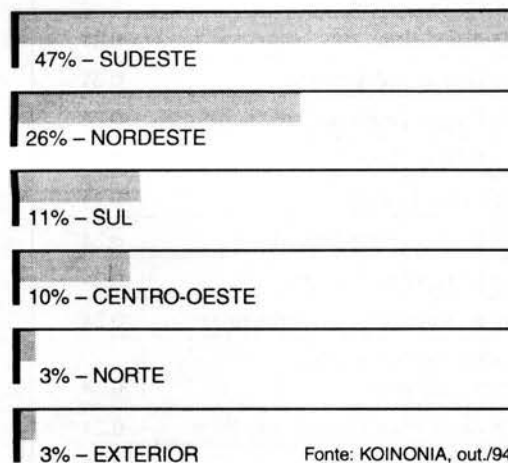
FILIAÇÃO ECLESIÁSTICA DOS PARTICIPANTES DA JORNADA ECUMÊNICA

IGREJAS	%
Igreja Católica Romana	29,96
Igreja Metodista	27,30
Igreja Evangélica de Confissão Luterana	8,22
Igreja Presbiteriana Unida	7,00
Igreja Episcopal Anglicana	4,84
Igreja Presbiteriana Independente	4,36
Igreja Batista	3,38
Igreja Presbiteriana do Brasil	2,90
Igreja Cristã de Brasília	1,46
Comunidade Evangélica de Queimados	0,72
Igreja Congregacional	0,48
Igreja Evangélica Assembléia de Deus	0,48
Congregação Cristã	0,24
Igreja Adventista	0,24
Igreja Batista Independente	0,24
Igreja Batista Ebenezer	0,24
Igreja Batista Nazaré	0,24
Igreja Cristã Evangélica	0,24
Igreja Católica Ortodoxa Siriana	0,24
Igreja Evangélica Luterana	0,24
Igreja do Evangelho Quadrangular	0,24
Igreja Evangélica do Rio da Prata/Argentina	0,24
Igreja Evangélica Unida/Porto Rico	0,24
Igreja Luterana/Alemanha	0,24
Igreja Presbiteriana/Equador	0,24
Igreja Batista/Nicaraguá	0,24
Igreja Presbiteriana/Venezuela	0,24
União Evangélica/Costa Rica	0,24
Igreja Presbiteriana/EUA	0,24
Igreja Congregacional/Argentina	0,24
Igreja Metodista/Peru	0,24
Igreja Metodista/Panamá	0,24
Igreja Metodista/Chile	0,24
Sem filiação eclesiástica	3,86

Fonte: KOINONIA, outubro de 1994.

verdade, tem uma história (ou uma pré-história, como alguns afirmam com humor). Carlos Cunha, Jether Ramalho, Júlio de Santa Ana e João Dias de Araújo — entre outros participantes da Jornada — protagonizaram experiências ecumênicas no Brasil e em outros países da América Latina que, agora, desaguaram nesta Jornada. Os eventos de ISAL (Igreja e Sociedade na América Latina), a realização da Conferência do Nordeste e das atividades a eles relacionadas são referências fundantes dos esforços ecumênicos que hoje integram as igrejas (Clai, Conic, Cese) e de entidades como KOINONIA e outras.

PROCEDÊNCIA DOS PARTICIPANTES DA JORNADA ECUMÊNICA



Fonte: KOINONIA, out./94

Isal e a Conferência do Nordeste sinalizaram, três décadas atrás, aspectos que o Movimento Ecumênico brasileiro necessita aprofundar nesta aproximação do terceiro milênio. Como compreender a presença da Igreja na dispersão secular da vida moderna (conforme indagava Richard Shaull — uma presença-embora-ausente na Jornada)? Como responder às demandas sociais e políticas do Evangelho? Como viver em fraternidade e comunhão num mundo

marcado pelo individualismo e competição próprios do sistema econômico neoliberal? Como refazer o “círculo hermenêutico” de modo que as respostas pastorais e teológicas à realidade não sejam artificiais, preconcebidas e ideologizadas? Uma nova eclesiologia, *diakonia*, *koinonia* e teologia! Nas águas dessa tarefa a Jornada navegou, e para os grupos, entidades ecumênicas e igrejas aprofundarem tais questões muitas águas ainda irão rolar.

NO MESMO BARCO

A 1ª Jornada revelou que a tensão entre as dimensões do eclesial e do eclesiástico própria do Movimento Ecumênico mantém sua intensidade. Este fato é altamente positivo para o ecumenismo, pois desafia as igrejas a abandonarem suas posturas cristalizadas e dogmáticas; as entidades a reverem os seus enrijecimentos institucionais; os novos grupos a relativizarem e problematizarem suas questões existenciais ou politicamente prioritárias.

Em Mendes, um número maior de lideranças eclesiásticas poderia estar presente. É possível que os desdobramentos do evento, a socialização dos conteúdos teológicos e os reflexos das possibilidades pastorais articuladas pelos diferentes grupos presentes possam constituir-se em objeto de reflexão e avaliação por parte das igrejas e de seus dirigentes. Os que lá estiveram, somados aos pastores, pastoras e padres, tiveram a oportunidade de dialogar sobre os mais variados temas e novos enfoques com um conjunto significativo de leigos, boa parte com experiência ativa em projetos sociais e políticos. Tais pontos, certamente, precisarão ser mais seriamente refletidos pelas igrejas. A expressiva juventude que participou do encontro revelou a defasagem temática e experiencial do campo eclesiástico em relação às dimensões

litúrgicas e simbólicas, à espiritualidade e ao serviço cristão. Tudo isso indica que as novas perspectivas eclesiais não se constituem numa posição contrária às igrejas institucionalizadas, porém não as consagra como únicas protagonistas do anúncio do Evangelho nem mesmo do Movimento Ecumênico.

Do conjunto das temáticas refletidas antes e durante a Jornada, algumas têm mobilizado intensamente diferentes grupos por todo o País. A contribuição crítica das mulheres e das pessoas que vêm aprofundando as questões entre fé e negritude foi um ponto de destaque do encontro. Viver a fé em diferente perspectiva, olhar o mundo de outra forma e entrar na Igreja por outras portas são caminhos prioritários para o Movimento Ecumênico no Brasil. E diferentes grupos de mulheres, de negros e de negras assumiram com afinco, na Jornada, a tarefa de enumerar e indicar as questões.

Todavia, o próprio desenrolar da Jornada mostrou que as tarefas teológicas e pastorais nestes campos requerem, além deste esforço reivindicativo e de denúncia, uma postura mais propositiva e integradora que coopere para o equacionamento dos impasses vividos pelas igrejas, em especial quanto às questões de gênero e de raça. Esta postura ainda se encontra no horizonte, como desafio.

Por outro lado, outros se dispuseram a estabelecer novos rumos, dialógicos e plurais, para a reflexão teológica e pastoral. Milton Schwantes, Paulo Cezar Botas, Jung Mo Sung e Júlio de Santa Ana destacaram-se nesta tarefa. Dessa forma, podem ser reconhecidos, no campo da teologia latino-americana, como a vertente ecumênica da Libertação. Nesse aspecto, distanciam-se da produção teológica que reforça a institucionalidade católica romana em detrimento da revisão das possibilidades

des utópicas e eclesiais das CEBs; esforçam-se por retomar os princípios fundantes da Teologia da Libertação e do Movimento Ecumênico; e buscam recriar estratégias pastorais, nas quais, não por acaso, destacam-se as raízes históricas e teológicas protestantes.

TERRA À VISTA

Os objetivos da 1ª Jornada Ecumênica concentravam-se na idéia de se realizar um balanço das principais questões da Pastoral e do Movimento Ecumênico no País. Tratava-se de possibilitar aos cristãos comprometidos com esse Movimento um momento de “estarem a sós”, em família, cara-a-cara para refletir sobre sua história, a situação atual e os desafios futuros.

O Cedi, após vinte anos de trabalho, em especial pelo acompanhamento e assessoria à Pastoral, acumulara uma série de reflexões, novos conceitos, intuições, e considerou saudável para as igrejas e para o Movimento Ecumênico em geral a existência de um espaço amplo, aberto e participativo de discussão desses conteúdos e de muitos outros levantados por entidades ecumênicas, por grupos informais de ação e reflexão, e pelas próprias igrejas.

Com isso, embora sem equacionar todas as questões — e não era este o objetivo de encontro —, novos referenciais podem ser vislumbrados quanto à leitura bíblica; à espiritualidade e formação; às dimensões litúrgica e simbólica; à relação entre a teologia e a economia, a política, a negritude, a cidadania e a dignidade, a condição das mulheres; à compreensão dos novos movimentos religiosos.

Algumas opções marcaram e motivaram o evento a partir de sua gênese. Todas as reflexões deveriam seguir uma lógica plural. As oficinas contemplaram um leque amplo de questões e as metodologias utilizadas buscavam fugir de

Isal e a Conferência do Nordeste sinalizaram, três décadas atrás, aspectos que o movimento ecumênico brasileiro necessita aprofundar nesta aproximação do terceiro milênio

formulações verticalistas, prontas ou apoloéticas. Neste mesmo sentido, são indescritíveis, pela riqueza, diversidade e singularidade das experiências, as apresentações no “espaço das entidades”. Foram noites de partilha, expressão lúdica e corporal, debates e aprofundamento de questões, algumas delas não contempladas nos módulos “Unidade Cristã”, “Igreja e Sociedade” e “Diálogo Pluricultural”, que procuravam expressar a tridimensionalidade do ecumenismo.

Um segundo aspecto, foi olhar o conjunto de temas e questões sob a lógica de combate a todas as formas de autoritarismo, dogmatismo e preconceito (Cf. “Esboço para uma Teologia da Proscrição”, de Paulo Cezar Botas — Contexto Pastoral, nº 7). Isso, respectivamente, representa novas perspectivas políticas, teológicas e de ação cultural. A 1ª Jornada Ecumênica revelou que boa parte dos participantes não se enquadra nos esquemas pastorais, doutrinários e de moralidade das igrejas, tanto romano-católica como protestantes.

Espontaneamente, os participantes — como se seguissem os ventos de uma nova Teologia — realçaram aspectos que a teologia latino-americana e as igrejas não têm privilegiado. Nos debates, nas celebrações, nos plenários ou após a programação diária lá estavam, não sem tensões, a irreverência, o humor, a festa, o simbólico, a dança, a corporeidade e demais posturas de transgressão da ordem, pró-

prias da vivência cotidiana do povo brasileiro.

Aos olhos mais ortodoxos pode parecer de valor secundário a transgressão dos poderes rígidos da moralidade religiosa. Mas, somada à situação de exclusão socioeconômica, tais rupturas correspondem aos desafios concretos de elaboração de uma Teologia da Proscrição. Muitos que participaram da Jornada vivem em verdadeira diáspora, sem encontrar comunidades nas quais possam celebrar autenticamente, pensar com liberdade e servir com despojamento. Refletir sobre tais situações é tarefa urgente para as entidades ecumênicas, centros de formação teológica e demais organizações, após a Jornada.

COMO UMA ONDA DO MAR

Todos os participantes, entidades ecumênicas e igrejas estão diante deste novo momento, com seus desafios de imaginação, ação e reflexão. A perplexidade diante do quadro adverso nos campos político e pastoral permanece, mas não pode gerar imobilismo. Por outro lado, o entusiasmo com a realização da 1ª Jornada Ecumênica não pode trazer falsas seguranças, imediatismos político-pastorais, não obstante o Movimento Ecumênico ter saído reforçado deste evento. Trata-se de uma nova jornada, como as mesmas motivações fundantes, mas sempre com novos referenciais.

Aqueles que estavam na celebração final do encontro, ombro-ombros, no balanço carinhoso da esperança e da canção se recordam: “Nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia; tudo passa, tudo sempre passará”.

Claudio de Oliveira Ribeiro é pastor metodista na Baixada Fluminense/RJ e integrante de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e coordenou a 1ª Jornada Ecumênica.

O ECUMENISMO E OS NOVOS MOVIMENTOS RELIGIOSOS

Leonildo Silveira Campos

Diante de um campo religioso turbulento e cheio de novidades, entre as quais o processo de reencantamento do mundo e a imensa oferta de bens simbólicos por parte de movimentos carismáticos, fundamentalistas e neopentecostais, o ecumenismo é desafiado a rever sua rota ou até mesmo a avaliar a importância do diálogo com tais expressões religiosas

O que se quer dizer com a expressão “novos movimentos religiosos”? Que exemplos podemos citar? Em que sentido são “novos” tais movimentos? Que desafios eles trazem para o movimento ecumênico? Essas e outras perguntas incomodaram os participantes da 1ª Jornada Ecumênica, na cidade de Mendes, em 1994. Todavia, desde há muito, pessoas envolvidas com o ecumenismo se preocupam com o assunto. Agora, porém, há um complicador, não mais podemos refletir sobre tal temática a partir de uma situação estável, pois o ambiente de hoje é turbulento e o campo religioso foi tomado por uma efervescência im-

previsível para os teóricos da “morte de Deus” ou da “secularização inevitável” dos anos de 1960. A problemática atual inclui, não mais as relações ecumênicas entre religiosos num contexto secular e sim, as relações entre atores individuais e institucionais num contexto religioso pluralista, conflitivo, intolerante, exclusivista, sincretista e proselitista. O que significa manter mentalidade e prática ecumênica (que implica diálogo, convivência pacífica, compreensão de posições antagônicas) nesse novo contexto?

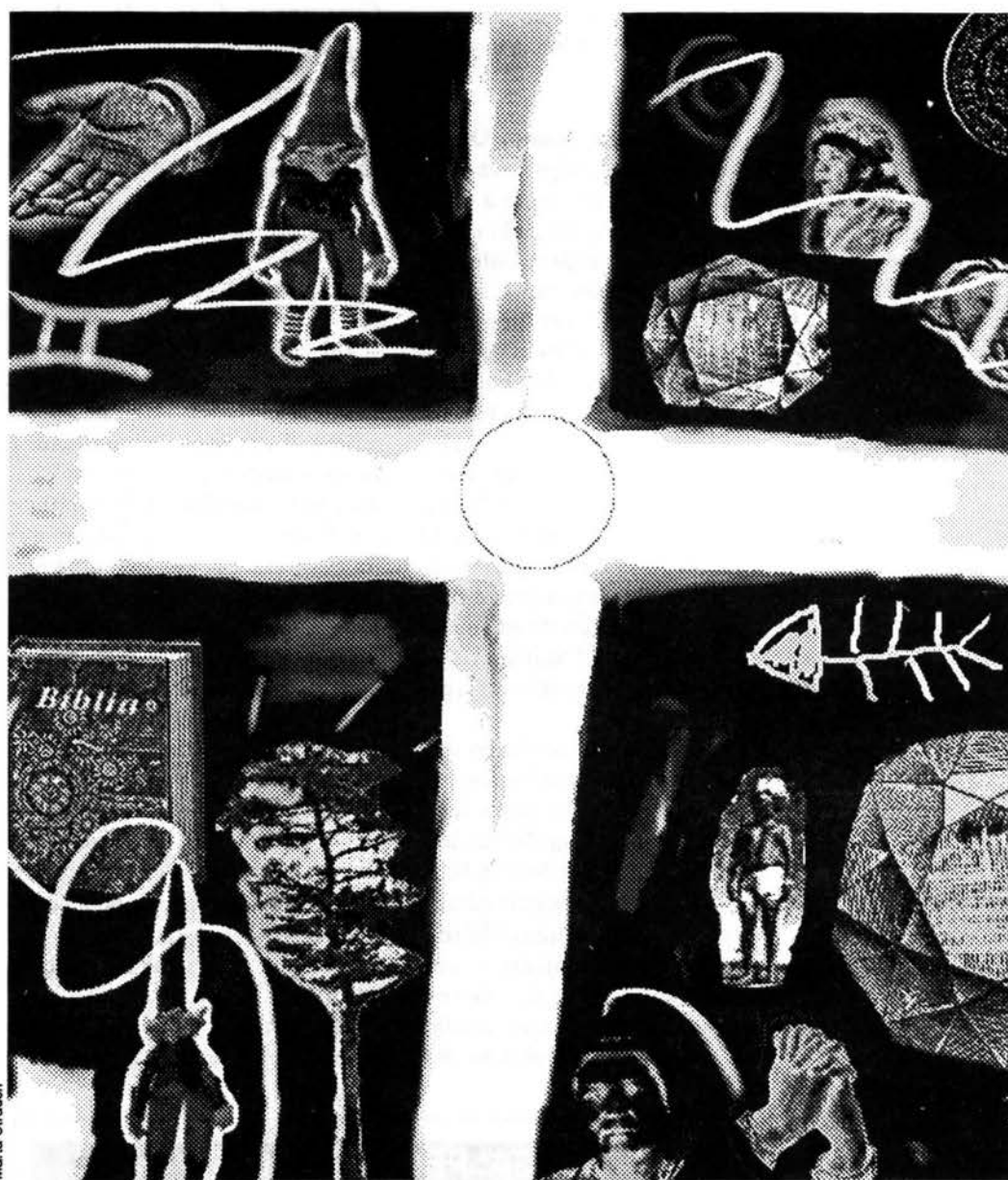
Movimentos taumatúrgicos. Ao se discutir este tema é preciso um certo cuidado, pois há uma multiplicidade de fenômenos sob o mesmo rótulo. Uma verdadeira selva de termos, conceitos, explicações e ideologias os envolve, para designá-los, usamos palavras e paradigmas nem sempre claros. Mesmo assim, não podemos discutir os Novos Movimentos sem citarmos alguns deles que, dadas as suas atuações na sociedade brasileira, se tornaram um desafio próximo e concreto para o movimento ecumênico. Em Mendes falou-se muito em “novos movimentos taumatúrgicos”, cuja retórica e rituais, centralizados na cura, milagre e oferta de vida digna, mobilizam multidões e se teriam transformado num enorme obstáculo

para o ecumenismo. São movimentos pragmáticos, maniqueístas e sem preocupação escatológica. Pregam haver uma luta aberta entre Deus e o Diabo (metáfora empregada para personalizar todas as forças da morte, da exclusão social e do caos), peleja da qual nenhum cristão pode escapar (os ecumênicos são encarados como “neutros”, logo também “inimigos”, nessa luta sem quartel contra as forças diabólicas). Pregam que Satanás está solto, agindo na história, dentro dos limites da vida cotidiana das pessoas. A luta contra ele exige a frequência aos cultos, a contribuição em dinheiro, a submissão ao ritual do exorcismo, enquanto se espera pelo milagre (quase sempre a inclusão do adorador na lista das pessoas satisfeitas e acomodadas no interior de uma sociedade de consumo). Esse inimigo tem um nome, precisa ser “identificado”, “pisado”, “amarrado” e “expulso” para não mais complicar a vida das pessoas “libertadas por Cristo”.

Cada um por si. Em nosso país há Movimentos oriundos das classes subalternas que cristalizam forças vindas das profundezas do imaginário social, combinadas a partir de matrizes tiradas do catolicismo popular, de crenças animistas, de religiões africanas e que recebem

por cima um verniz "protestante" de coloração "pentecostalista". Há outros Novos Movimentos, típicos de classe média, que oferecem práticas variadas (pirâmides, florais, cristais etc), crenças mágicas (duendes, gnomos, anjos etc) e filosofias de auto-ajuda (de caráter gnóstico, esotérico ou de origem oriental). Tais movimentos propõem experiências místicas, técnicas orientais de provocações de estados alterados de consciência, recusam a religiosidade cristã tradicional (especialmente o cristianismo institucionalizado), buscam poderes extracotidianos que iluminem e movam os obstáculos de uma vida má e sem sentido. A estes é dado um sentimento de proteção e orientação, juntamente com um rígido esquema organizador e hierarquizador da vida. Nos Movimentos Religiosos de origem oriental, Deus é uma energia pessoal, que flui livremente no universo, à qual os indivíduos têm acesso graças a um processo de purificação interior. Cada pessoa deve resolver os seus próprios problemas, tornando-se um "sábio", sem se preocupar com a situação dos demais.

O conceito weberiano de "reenchantamento do mundo", ainda é muito útil para explicar a situação em que nos encontramos. Diante dela, muitos cristãos são tomados por uma sensação de mal-estar não



Maria Strauch

articulável em palavras. Outros procuram identificar os "novos" adversários (tarefa imprescindível diante do fim do "comunismo") colocando tudo sob o título de "Nova Era". Há também os que se entregam a um fervor inebriante, classificando-se como "guerrilheiros da oração", em preparo para a "batalha espiritual" contra o Demônio. Assim, a classe média protestante se torna "carismática", "fundamentalista" ou "neopentecostal", adotando a retórica, as leis

do mercado, a estratégia de *marketing*, oferecendo produtos e bens simbólicos a grupos devidamente segmentados por idade e interesses (veja por exemplo a oferta de produtos como "rock evangélico", "rosa ungida", "sal de Israel" etc). Há outra postura possível para os cristãos — a ecumênica. Entretanto, esta opção minoritária se defronta com aqueles movimentos comprometidos com estratégias conservadoras, exclusivistas, incapazes de dialogar devi-

do à combinação perigosa de alta dose de certezas com baixa capacidade crítica.

Desafios ao ecumenismo. O sucesso desses Novos Movimentos é inegável e está ligado tanto à criatividade como à capacidade deles em atender às demandas existentes por bens simbólicos numa sociedade marcada pelo privilégio de poucos à custa da exclusão de muitos. Há cristãos históricos que, diante de tanto sucesso dos Novos Movimentos Religiosos, estão traumatizados e expressam esse sentimento na pergunta: "Adianta resistir?" Poucos param para pensar, muitos rompem a apatia copiando as estratégias, lógica e discursos deles, fazendo da quantificação de adeptos ("consumidores") seu principal argumento legitimador.

E o movimento ecumênico deveria adotar também tal lógica, inserir-se nas leis do mercado religioso para tentar transformá-lo? Basta compreender os Novos Movimentos e deixá-los seguir adiante? Até onde uma mentalidade ecumênica pode ser tolerante sem ser sincretista? Diante dos Novos Movimentos de inspiração cristã, africana ou oriental, qual deve ser

O sucesso desses Novos Movimentos está ligado à capacidade deles em atender às demandas existentes por bens simbólicos

a postura de um ecumenismo maduro?

Há várias saídas diante de tantos desafios complexos e solidamente articulados. Algumas delas seriam: O caminho da humildade e da auto-análise por parte dos cristãos; uma reavaliação das práticas e métodos de proclamação das "boas novas"; a busca de uma melhor compreensão das necessidades e mentalidade do ser humano moderno; uma valorização que vá além do racional e inclua também outras dimensões tão importantes da vida humana (tática usada com sucesso por esses Movimentos); a eliminação de posturas autoritárias e violentas (típicas dos que pensam "ter a verdade"); assumir uma atitude de respeito pela cultura do povo; e a descoberta de propostas que gerem transformações estruturais.

Finalmente cabe constatar que o movimento ecumênico está si-

tuado hoje num contexto muito diferente daquele existente por ocasião de seu surgimento na história do cristianismo ocidental. Além do mais, a nossa Jornada Ecumênica se deu num contexto brasileiro, pobre, terceiro-mundista, latino, permeado tanto por um catolicismo atávico como por religiões afro-brasileiras. Estamos vivendo numa sociedade em rápido processo de mundialização e de homogeneização por causa de sua inserção num mercado mundial. Isso tem gerado práticas discriminatórias e excludentes para com os pobres e oprimidos. Nesse clima, as cosmovisões tradicionais estão desmoronando, há novos parceiros e concorrentes, que trazem consigo outras lógicas articuladoras da experiência religiosa e da visão de mundo. O cristianismo (católico e protestante) é cada vez mais identificado como "velhos movimentos religiosos", em fase de decadência, exaustão e morte. A questão é esta: Como ser ecumênico nesse contexto dinâmico, de ebulição e efervescência, de onde brotam os Novos Movimentos Religiosos?

Talvez a perda da hegemonia seja para os cristãos históricos uma oportunidade para realizar a necessária autocrítica, para uma apropriação de riquezas até então não percebidas nesses Movimentos, uma chance para uma correção na rota de nossa caminhada ecumênica, uma melhor disposição para se aceitar a liberdade, inovação e criatividade que o Espírito Santo oferece aos cristãos.

ARTE RELIGIOSA: PROCURA-SE

A Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina – CEHILA está reunindo obras e material relacionado com a Arte Religiosa produzida no Brasil nos últimos 50 anos.

Finalidade: Exposição multimídia a ser realizada durante a II Conferência Geral de História da Igreja na América Latina e no Caribe entre os dias 25 e 28 de julho de 1995 na PUC-SP.

Material: arte religiosa em geral: artes plásticas (originais ou reproduções); literatura (livros, jornais, panfletos, cordel, etc.); música (partituras, discos, K-7, instrumentos alternativos, etc.); fotografias; selos; moedas; "santinhos", registros de teatro/dança/cinema/vídeo; artesanato religioso, etc.

E mais: dados bio-bibliográficos sobre as/os artigos para catalogação.

Prazo para enviar o material: até 19 de junho de 1995.

Endereço para enviar: CEHILA: Rua Prof. Sebastião Soares de Faria, 57
6º andar São Paulo SP 01317-010

Informações: CEHILA: tel: (011) 284-6299 e fax: (011) 284-6220.

Leonildo Silveira Campos é pastor presbiteriano, professor no Seminário Teológico de São Paulo. Assessorou a oficina Novos Movimentos Religiosos na 1ª Jornada Ecumênica.



DESAFIO DE UMA TEOLOGIA NEGRA

Marcos Rodrigues da Silva

Uma profunda reflexão sobre a recuperação da cultura, do sentimento e das formas da experiência religiosa do povo negro, e da necessidade de um campo exclusivo de uma teologia negra, além da busca de caminhos para romper a atual situação, marcaram as decisões da Oficina Teologia Negra na Jornada Ecumênica

A experiência foi de muita riqueza a partir do convívio por uma semana com irmãs e irmãos motivados a partilhar experiências vivas de diálogo, abertos ao exercício reflexivo, à prática e à celebração a partir do outro. Este outro é aquele que vive formas, reflexões, mitos e símbolos, celebrações que estão distantes das práticas oficiais das igrejas cristãs históricas.

A convivência na Oficina Teologia Negra e na partilha com o

Módulo Diálogo Pluricultural foi marcada pelos sentimentos de alegria, pelos ritmos e por questões conhecidas e desconhecidas. Foi celebrativa com o envolvimento da fé no Deus da Vida e quando pudemos resgatar as energias que estão nas entranhas do nosso "axé".

Questões fundamentais. Tudo começou com uma pergunta provocativa: "Há necessidade de se criar um campo exclusivo para a

Como trabalhar a Revelação dentro das diversas perspectivas culturais?

Teologia Negra partindo da exclusão dos negros no contexto da sociedade e em função dessa exclusão?" E outras seguiram provocando e levando os participantes a refletir se "é possível recuperar a cultura, a civilização negra perdida, o sentimento religioso negro, as formas de experiência religiosa negra". E ainda: "é possível que se reconstrua, se dialogue, se resgate o que pensam os negros na América Latina, na diversidade de suas experiências, de seus ritos, de suas diferentes maneiras de viver?"

Primeiro passo é reconhecer a realidade das igrejas e a presença representativa da comunidade negra. A ausência de uma experiência aos modos da Teologia Negra norte-americana com um modelo de Igreja Negra, não enfraquece o processo de pertença das negras e negros às comunidades de fé cristã ou de terreiros, no Brasil e na América Latina. A realidade de dispersão e mobilidade das comunidades negras gera dificuldades na compreensão e diagnóstico das práticas religiosas e de fé entre o povo negro. Outra prática de dispersão acontece em numerosas denominações eclesiais que trouxeram uma imagem fragmentada ao rosto afro. Nas igrejas de missão essa presença aproxima-se dos 10%, diminuindo bastante nas igrejas de imigração, com um volume crescente nestas últimas décadas nas igrejas pentecostais. Todavia, fica a questão sobre a representatividade do ser negro na identidade dessas denominações eclesiais que ofuscam o rosto afro em suas bases cristãs.

Segundo passo está no desafio

que ficou presente nos trabalhos da Oficina Teologia Negra quando tomou como base a "prática" e o "envolvimento" que deve ter o agente eclesial entre as realidades culturais, de fé e atitudes de organização política a partir do modo de ser afro. A Teologia Negra tem de levar todos esses elementos em consideração para que possa ser um instrumento capaz de responder às diversas situações de exclusão que atingem o povo negro.

Intuições metodológicas. Um elemento fundante que fortaleceu a alegria de trabalhar na oficina sobre a Teologia Negra esteve no debate de como devemos estabelecer um "diálogo inter-religioso" capaz de tomar com seriedade o *ethos* do ser-negro, a partir da reflexão feita no cristianismo(?). No desenrolar das conversas fomos chegando a algumas intuições metodológicas importantes: é preciso romper, superar o medo que nos separa das nossas próprias raízes; nossa forma de ser tem por detrás coisas que são próprias de outra religiosidade que não apenas a cristã. Aqui ficou o "alerta geral": é preciso que conheçamos e trabalhemos nossas próprias contradições.

Neste processo de descobertas e constatações está a conclusão de que o modelo eclesiológico vigente não é compatível com uma proposta de diálogo. Este modelo é mais compatível e contempla o discurso da inculturação, tendo como perspectiva o fortalecimento das próprias estruturas das igrejas históricas. Todavia constatou-se que esse método seguindo esse caminho, na maioria das vezes, promove um rompimento com as comunidades de fé afros, ou ainda, o processo de fechamento das igrejas por meio de atitudes e pronunciamentos de suas lideranças eclesiais, baseados no preconceito, na discriminação, no racismo

ou no desconhecimento das realidades vividas pelo povo afro.

Outras questões. Ao final dos trabalhos chegamos a algumas questões que estão para além da Jornada, mas que devem ficar na "Agenda de Trabalho", em vista do crescimento do ecumenismo marcado pelo diálogo intercultural. Destacamos essas questões: Como Deus se manifesta entre os negros? Será que temos que buscar a formação de uma Igreja Negra? É uma comunidade eclesial diferente da presente que vai possibilitar o diálogo? Afinal, o que é mesmo o enegrecimento da teologia? O que significa o "ponto de vista negro na teologia"? Como entender a política de exclusão dos pobres, dos negros, dos indígenas, dos mestiços da chamada Nova Ordem Econômica? E, por fim: Como trabalhar a Revelação dentro das diversas perspectivas culturais?

Ao terminar o processo de trabalho na Oficina Teologia Negra pudemos continuar com a mesma insistência dita por G. S. Kilmore: "A Teologia negra não é uma reação ingênua, antiintelectual ao que quer que esteja acontecendo num dado momento — ou seja, um misto de emoção e propaganda. É, antes de tudo, uma obstinada prática e apaixonada leitura dos sinais dos tempos na comunidade branca assim como na negra". Deste modo foi um serviço que a Primeira Jornada Ecumênica proporcionou a todas as igrejas e comunidades de fé na medida em que proporcionou um espaço fértil de discussão e a abertura de luzes para o futuro da reflexão teológica latino-americana neste final de século.

Marcos Rodrigues da Silva é teólogo católico e assessor da Comissão Pastoral da Terra em Santa Catarina. Assessorou a oficina Teologia Negra na 1ª Jornada Ecumênica.

QUESTÕES DE GÊNERO NUMA PERSPECTIVA ECUMÊNICA

Rosa Marga Rothe

Com radicalidade evangélica, a autora reclama o direito de a mulher reassumir o papel requerido por Deus de cuidar da oikoumene. Não com importância secundária, mas lado a lado com o homem, como parênteses complementares e interdependentes

O desconcerto já começou quando, juntamente com as/os demais assessora/es tomamos conhecimento de que na 1ª Jornada Ecumênica não haveria palestrantes e que nossa tarefa seria somente facilitar e motivar, ajudando a “trazer à luz” o conteúdo que as/os participantes traziam.

Nancy, Sílvia e eu nos olhamos, numa sondagem muda, para ver quem iria ser “a parteira”, cada uma querendo saber qual das duas outras seria a “ajudante”. Mesmo cansadas dessa história da mulher,

“auxiliar” por excelência, em todas as instituições, o modelo estava lá, encravado no nosso mapa referencial.

Começamos então a preparação do “parto”. A metáfora era adequada, pois exigiria de nós uma aguçada sensibilidade interativa além de esforço cooperativo. Tínhamos uma vaga idéia de que as/os participantes dessa oficina trariam para esse encontro muitas expectativas, além de um acúmulo diferenciado de experiências. Enfim, uma grande diversidade esta-



Albo D'Almeida

ria diante de nós e tínhamos um pouco de medo de possíveis frustrações. O respeito pela alteridade, seria de fundamental importância, também em situação de minoria. Esse mesmo critério deveria nortear também as questões específicas concernentes às relações de gênero, apesar da tentação de empurrar as nossas prioridades.

As inscrições de alguns homens nos deixaram bem otimistas. Seria isto um sinal de mudança?

A preocupação com a “produção” era outro fantasma. O fato de estarmos à frente de uma oficina “de mulheres”, em torno da qual percebíamos aguçadas expectativas, deixou-nos um pouco inseguras.

— Para o lixo com a insegurança!

— Vamos assumir o risco de colocar a prioridade no próprio processo.

Experiências comuns. Uma vez decidido o rumo a ser indicado, restava o desafio metodológico de criar o clima propício no qual a novidade pudesse nascer. O importante seriam as descobertas. Assumimos juntas o compromisso de dar o melhor de nós para fazer brotar o lado prazeroso desse encontro de partilha. Não seria pois a dura e fria racionalidade intelectual que determinaria aquela oficina, mas a nossa completa e complexa potencialidade de mulheres.

Nosso corpo e nossas emoções puderam participar naquele “fazer teológico”. Começando pela experiência do “eu toco transformo, transformo se toco”, descobrimos — ao tocar o corpo, nosso e das outras pessoas — que a herança teológica, até mesmo da “encarnação”, chegara a nós bastante des- carnada.

Assim fomos experimentando situações, vivenciando conflitos, deixando a nossa criatividade lúdica ditar os *scripts*. Mediante dois

bibliodramas, percebemos o quanto as nossas experiências tinham em comum e como as histórias bíblicas se encaixavam em nossas existências de mulheres. Fizemos o exercício de imaginação e nos transportamos para situações nunca antes pensadas. Descobrimos limitações, potencialidades, paradoxos, incongruências e desafios. Mesmo quem ainda não havia vivido ou presenciado algo similar sentiu-se livre o suficiente para encenar o papel proposto, dispondo-se a “entrar na pele” de outrem. Ao inverterem-se as posições, novo enfrentamento, impasse, perplexidade, tensão e desabafo: no outro lado era necessário fazer exatamente o oposto de antes.

Que espécie de poder têm aqueles seres humanos que Jesus apresenta em seus exemplos? Que po-

É preciso juntar-se com as outras vozes, alargar o espaço, expressando o que queremos e o que não queremos mais



der detêm aquelas mulheres, sem homens, vivendo numa sociedade patriarcal, na qual mulher é posse masculina?

No bibliodrama da “Viúva e o juiz iníquo”, percebemos que Jesus não recrimina a viúva por usar o poder que lhe resta para persuadir um homem sem escrúpulos, que nem a Deus teme. A chantagem emocional que algumas experimentaram no drama foi alvo de discussão, visto que muitas mulheres se censuram quando recorrem a esse tipo de recurso. Entretanto os participantes masculinos comentaram que os homens fazem isso a toda hora e ninguém se espanta.

As figuras, escolhidas por Jesus — além de indivíduos necessitados de atenção, amor e reintegração familiar, social e religiosa, mediante intervenção humana/divina, — são representantes exemplares das categorias marginais, daquela sociedade.

Postura omissa. O poder das populações alijadas é o poder de incomodar, sair do confinamento, perturbar o sossego de quem pode encaminhar a mudança. Falar é poder. Entretanto é preciso juntar-se com as outras vozes, alargar o espaço, sintonizar com outros grupos, saber quem são nossos aliados, adequar a língua para dialogar, expressando o que queremos e o que não queremos mais.

A questão de gênero perpassa todas as outras separações promotoras de desigualdade, desequilibrando todas as balanças. Desequilíbrio significa doença e perigo de morte. O banimento do princípio feminino no ordenamento das instituições sociais trouxe consigo a supressão da sensibilidade receptiva do sopro da *Ruach* de Deus. Esta perda resulta em grave prejuízo teológico, em especial para as instituições religiosas. Estas, quando bitoladas pelo etno-

centrismo misógino, são por demais inseguras para abrir-se à parceria com o gênero excluído. As igrejas ainda evidenciam postura omissa; de reserva, receio ou até mesmo oposição declarada, diante das iniciativas ecumênicas. A modéstia de iniciante na lição "para que todos sejam um" não tem sido atrativo para quem desenvolveu o gosto pelo destaque no *ranking* das conquistas de posições hegemônicas.

O conceito *Oikoumene*, oriundo da língua grega, refere-se ao "mundo habitado". No linguajar da Bíblia, a *oikoumene* corresponde à Criação, já em adiantado estado de transformação pela intervenção e ocupação humana. *Oikoumene* é derivada da palavra-raiz *oikos*, que significa casa, morada, habitação, lar. Por *oikonomos* era designada a pessoa encarregada de prever e administrar as provisões destinadas ao suprimento das necessidades de um lar que podia ser abrigo da grande família, do clã ou de um povo.

Parelhadas desemparelhadas. Poderíamos então dizer que a nossa habitação (*oikos*) é o mundo criado por Deus e este nomeia mulheres e homens para a tarefa de administração (*oikonomos*). Espalhados, em parselhas complementares e interdependentes para darem conta do mandato, inventaram diferentes maneiras de intervir sobre a Criação que lhes fora confiada. Criavam, cultivando e cultuando; produziam e se reproduziam e assim fazendo e significando, foram sendo imitados e até superados por seus sucessores-herdeiros do mandato.

Não se sabe exatamente como aconteceu, mas o gênero masculino resolveu bolar umas histórias do tipo: "eu cheguei primeiro"; "um tem que mandar e outra executar"; "a racionalidade é aptidão masculina, enquanto que sensibili-

A questão de gênero perpassa todas as outras separações promotoras de desigualdade

dade e doação são atributos femininos". Certo é que, lá pelas tantas, a parselha desemparelhou. Uma metade de gênero levou uma rasteira e ainda está tentando se erguer para reassumir seu lugar. A outra metade agride para esconder sua infeliz insegurança: seccionando, caolho, maneta e capenga, funciona com meio cérebro. A obsessão pelo poder fê-lo perder a noção de finitude e o respeito pela alteridade. Guerras e devastação modificaram o aspecto do planeta, e das pessoas, muitas já nem sabem mais se são gente ou objeto. O rastro destruidor se estende até a atmosfera. A *oikoumene* deixou de significar Criação, mesmo porque quem está obcecado pelo mandato absoluto não consegue aceitar o senhorio da comunhão trinitária.

Jesus porém falou na grande festa, a *oikoumene* celeste, na casa de Mãe/Pai amantes da diversidade. Lá serão felizes aqueles homens e aquelas mulheres que na *oikos* terrena descobriram a alegria que consiste em participar dos mutirões restauradores dos equilíbrios: entre os gêneros; dos ecossistemas; entre o público e o privado, entre direitos e deveres na divisão de tarefas, lazeres e prazeres.

No mutirão não pode faltar o pão. A receita todos sabem. O fermento faz a massa crescer, enquanto o sal tempera na dose certa e ajuda a conservar. Antes separados, depois integrados, os ingredientes dão origem a outra espécie — o pão que mantém a vida. Nenhum é melhor, todos são proporcionalmente necessários.

Rosa Marga Rothe é pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e coordenadora da Universidade Popular (Unipop), Belém/PA. Assessorou a oficina Mulher e Teologia na 1ª Jornada Ecumênica.

Vídeo – 1ª JORNADA ECUMÊNICA



A história do ecumenismo no País ganhou novo capítulo com a realização da 1ª Jornada Ecumênica. A memória desse evento evocará muitos novos caminhos e desafios para a vivência das diversas faces do movimento ecumênico em busca da unidade. Este vídeo revive a experiência celebrativo-cúltica, a festa e a poesia, e apresenta os principais temas que foram discutidos nos seis dias de encontro.

Preço: R\$ 28,00

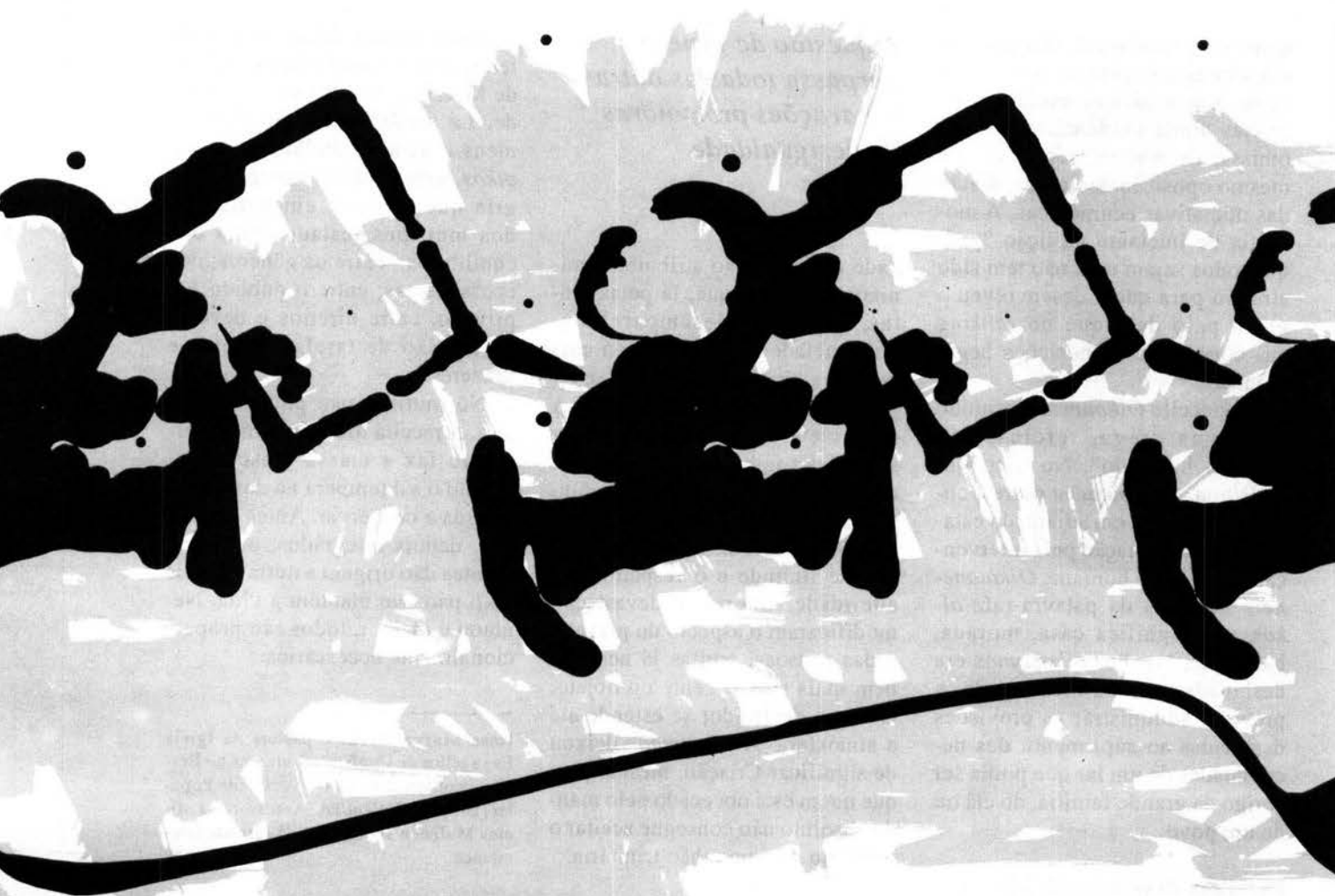
Pedidos e informações:

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 Glória

22211-230 Rio de Janeiro RJ

Tel. (021) 224-6713 Fax (021) 221-3016



DA BÍBLIA E DA ESPIRITUALIDADE

Paulo Botas

*Mais do que um relato,
o artigo é uma
provocação ao modo
como se concebem
a leitura bíblica e
a espiritualidade hoje*

Na Jornada Ecumênica o módulo Unidade Cristã realizou três oficinas: Liturgia e Simbólica, Bíblia, Espiritualidade e Formação. As notas que vão se suceder são, literalmente, os momentos mais expressivos de um diálogo entre Milton Schwantes e Paulo Botas respectivos coordenadores das oficinas de Bíblia e Espiritualidade/Formação.

Tudo passa pela comunidade, de sorte que não existe a leitura bíblica, o sentido bíblico, existe uma

experiência comunitária com a Bíblia e o melhor jeito de se experimentar é fazendo-o. A Bíblia é um pouco assim: ela colhe, passa por dentro de nossas bocas e nossas imaginações e vai compondo um pouco as flores, o colorido, o buquê de flores, na participação de todos e de cada um dos que estão juntos: da criançada que está desenhando ou chorando, das mulheres e dos homens, dos adultos e dos jovens. Ela só existe nessa diversidade. Se a gente lê comunita-



William Seewald

zes que se exercitam para aprender aptidões e hábitos automatizados. Porque, como afirma a expressão baiana “Deus é mais”, isto significa que ainda que o busquemos sem cessar ele sempre será o Inefável, e nos liberta para essa procura permanente, diversa e plural. Qualquer regra de espiritualidade que tentar amarrar, reter, definir Deus, leva rasteira deste mesmo Deus como tem acontecido em todas as religiões que procuraram se impor como únicas e definitivas. Isto também se aplica à formação. Não podemos confundir formação com uma coisa imposta na cabeça, decorada, sem alma nem vida (...). Se for assim a espiritualidade é um engodo. A Bíblia tem a ver com a felicidade no horizonte e nada tem a oferecer além do gosto que cada um tem de que a vida fique melhor para todos (...).

A espiritualidade como formação é um processo: nós nos formamos a vida inteira. Não é um treinamento de hábitos, não é um decorar dos textos bíblicos que vão se tirando, a esmo, a torto e a direito, para qualquer coisa e daí, então, tudo se resolve. Assim como a vida, a espiritualidade e a formação nunca estão acabadas. É importante saber que no mundo as coisas são feitas e que, por isso mesmo, podem ser feitas de maneira diferente. É no mundo que a vida segundo o Espírito se efetiva. Fora isso não há espiritualidade mas espiritualismos míopes e canhestros. Esta é a grande contradição da nossa formação: Deus se encarna e nós queremos desencarnar (...).

Ouvir o outro. A Bíblia não é a nossa casa, é a casa do outro. O cristão tem a sagacidade de fazer de conta que a Bíblia é dele. Mas a Bíblia não é dele. Ele está de visita na casa da Bíblia porque ela é da Sinagoga. Abre-se o Antigo Testamento e se está entrando numa ou-

Qualquer regra de espiritualidade que tentar amarrar, reter, definir Deus, leva rasteira deste mesmo Deus como tem acontecido em todas as religiões que procuraram se impor como únicas e definitivas

tra religião. Quem não quiser entrar numa outra religião não abra o Antigo Testamento porque estará transpondo os umbrais de outra casa.

Quando o cristão abre o Novo Testamento, diz: “Por fim cheguei em minha casa!”. Conversa fiada. Jesus é judeu, as primeiras comunidades eram parte de outra religião. O cristianismo como nós o conhecemos vem depois e toma emprestadas partes da Bíblia. Por isso nós temos que afirmar que não podemos viver como cristãos, se não formos capazes de, delicadamente ouvir o testemunho das outras religiões. Das que encontram Deus nos rios e nas cachoeiras, como a religião dos índios. Das que nos contam seus mitos e festas convidando-nos para a sua casa, como a religião dos orixás do Candomblé.

Felizes seremos quando soubermos viver o que a Bíblia nos quer dizer: que ela sempre nos convida para a casa do outro, sempre nos convida para sairmos de nós mesmos e visitarmos o outro. Não para emprestar nem para arrancar ou tirar dele nada, mas, simplesmente, visitar o outro na sua casa, nas suas crenças, no seu espírito e na sua vida!

Paulo Botas é teólogo e coordenador do Projeto Formação Ecumênica de KOINONIA. Assessorou o módulo Unidade Cristã na 1ª Jornada Ecumênica.

riamente demais, corremos o risco de tornar a Bíblia um partido, de tornar a comunidade um encaminhamento partidário, de pôr um chapéu por cima das pessoas, seja pelo tipo de canto que se canta, pela linguagem que se usa ou pelo tipo de proposta política que se tem. As diferenças precisam aparecer. As diferenças precisam ser afirmadas (...).

Deus é mais. É preciso dizer que a espiritualidade não é uma coisa que se aprende nas igrejas como um padrão, mas uma produção cotidiana a partir da vida e do compromisso real das pessoas na própria comunidade, na própria localidade. A espiritualidade não se reduz e não são as normas e diretri-

A LUTA CONTINUA

A dimensão religiosa é uma característica entranhada no neoliberalismo.

Tal constatação desafia os cristãos a uma postura crítica e de denúncia diante dessa ideologia. O relato chama atenção para tarefas que o Movimento Ecumênico precisa enfrentar

Dentro da realidade brasileira uma coisa marcante no campo da economia é a passagem de um modelo de desenvolvimento chamado "desenvolvimentismo" (com uma perspectiva otimista de gerar crescimento econômico para depois dividir o bolo entre todos — um modelo concentrador de renda, idealizado por Delfim Neto), para um modelo de ajustes estruturais excludentes. A passagem daquele modelo desenvolvimentista otimista para o pessimismo, o que tem sido chamado "neoliberalismo", se dá no início dos anos de 1980.

Estes ajustes estruturais, impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial, são exigências para uma integração do Brasil na nova ordem econômica internacional. Isto significa que apesar desses ajustes serem injustos e desumanos, a dinâmica do desenvolvimento da economia mundial torna-os necessários. Esta é a ambigüidade e a dificuldade de compreendermos a

realidade dos diversos países da América Latina, particularmente o Chile, por exemplo, que implantou um processo de ajuste bastante duro e hoje, de certa forma, está integrado à nova ordem econômica internacional e cria confusões na interpretação da dinâmica da economia latino-americana.

Ideologia do neoliberalismo. Falando em ordem econômica internacional, nós precisamos entender que as principais características no mundo hoje são:

- a globalização da economia, o que significa que as fronteiras nacionais já deixam de ser importantes;
- a revolução tecnológica, que deslocou o eixo central da acumulação do capital da propriedade privada, meios industriais e financeiros, para a propriedade privada do conhecimento, chamada propriedade intelectual;
- o deslocamento do eixo do Atlântico Norte (que no nosso módulo foi chamado "ventre do capitalismo") para o eixo do Pacífico, em particular para a economia japonesa.

Com estas características, as estruturas nacionais, particularmente o Estado Nacional, tornam-se "obsoletas" diante da globalização, e ainda não temos instâncias, organizações supranacionais, que dêem conta dos conflitos de interesses entre os países do Primeiro e do Terceiro Mundos.

Tal processo de globalização, de ajuste, é apresentado à sociedade via ideologia do neoliberalismo. Uma das características presentes do neoliberalismo é a sua

dimensão religiosa. Hoje são os economistas os que mais falam dos sacrifícios necessários para a salvação. Os economistas dizem que fora do mercado não há salvação. Isto lembra uma antiga afirmação de que fora da Igreja não há salvação. Eles dizem que só o mercado pode produzir eficazmente quantidades ilimitadas de bens de consumo que poderão satisfazer os desejos ilimitados de todos e assim instalar o paraíso na terra. E para tanto, são necessários os sacrifícios humanos, para a satisfação de desejos de consumo dos mais aptos, dos eleitos, daqueles que conseguem trilhar o estreito caminho da competição e da eficácia.

Espiritualidade do mercado. Essa religiosidade neoliberal produz também uma espiritualidade que poderíamos chamar de "espiritualidade do mercado". Espiritualidade é o caminho pelo qual as pessoas conquistam a sua humanização e o seu sentido de vida. A espiritualidade do mercado apresenta a tese de que a humanização se dá no consumo e pelo consumo. Por isso dizia um diretor de criação de uma importante agência de propaganda: "Nike não somente convence, Nike converte, evangeliza". Ele dizia que meninos pobres do Terceiro Mundo não podem usar Nike mas usam, porque se não usarem, morrem. Eles não podem viver sem tênis importado. E é também por isso que meninos de classe média correm o risco de morrer num assalto, mas andam com tênis importado, porque sem tênis importado eles não se sentem

gente. Esta é a espiritualidade do mercado, esta é a religiosidade idólatra do mercado.

Esta crítica à idolatria intrínseca ao sistema de mercado neoliberal é uma contribuição específica da teologia e das igrejas cristãs. Somos nós que temos acumulado conhecimento e experiência no discernimento das vivências espirituais idólatras e das experiências espirituais do Deus da Vida.

Esta crise social gerada por ajustes e esta espiritualidade do mercado geram na vida cotidiana uma situação de degradação, de perda do sentido da dignidade humana. Nós temos exemplos de prostituição infantil, venda de crianças, violências ostensivas; esses problemas econômicos agregados a problemas nas relações de gênero e de etnia, dificultam a tomada de consciência ou o reconhecimento do exercício da cidadania para a maioria da população. Criase também um sentimento de frustração e de complexo de culpa na grande parte da população pobre porque sente-se incapaz de tornar-se gente, de satisfazer os desejos de consumo dos seus filhos, os quais pedem o que a propaganda lhes mostra.

No meio pastoral, das práticas pastorais e políticas, nós temos ainda uma dificuldade de superar uma visão dualista, bipolar, da relação Igreja e Sociedade. Muitos ainda têm dificuldade de perceber que a Igreja está na sociedade e não fora ou por cima. Além disso, uma visão de prática libertadora, restrita às ações no nível da macroestrutura, negadora das dimensões subjetivas da pessoa, como,

por exemplo, a afetividade, a identidade pessoal, a cultura, e uma visão de prática libertadora restrita à grande vitória final capaz de resolver todos os nossos problemas, têm desvalorizado as ações imediatas e localizadas, que mesmo não sendo, de imediato, soluções definitivas poderiam melhorar a vida do nosso povo.

Desafios ao ecumenismo. Estas constatações nos lançam desafios para o Movimento Ecumênico.

1. O resgate e a recriação de linguagens religiosas, que, portanto, têm a dimensão simbólica, afetiva e espiritual e que, ao mesmo tempo, seja capaz de desmascarar as formas de dominação idólatra da nossa sociedade. Este desafio é o de conseguirmos tratar de problemas econômicos, políticos e sociais, étnicos e de gênero, sem perder a identidade, práticas e discursos religiosos e cristãos. Nem todo o discurso em favor dos pobres, ou dos negros ou das mulhe-



Morro Dona Marta, Rio de Janeiro

J.R. Ripper / Imagens da Terra

Devemos desmascarar a espiritualidade idolátrica da humanização pelo consumo e mostrar que esta se dá quando as pessoas se relacionam fraternalmente umas com as outras

res, são discursos religiosos, são discursos que dão identidade cristã.

O desafio é como fazer sem abandonar o recurso das análises sociais e das práticas sociais e políticas; como fazer para as nossas igrejas e movimentos ecumênicos não perderem aquilo que lhes é específico, que lhes dá identidade na sociedade, que lhes dá a diferença capaz de permitir dialogar com outros tipos de movimentos e entidades sociais e políticas.

2. Como superar uma forma política de pensar da velha tradição das esquerdas de reduzir as nossas ações no nível macroestrutural, macrosocial, a longo prazo, ou, o que nós da geração intermediária e das anteriores, chamávamos a revolução da América Latina. Como relacionar estas ações em nível macrosocial, de longo prazo, com o nível microssocial, de curto e médio prazos. Como não cair na tentação de novo, de irmos ao outro extremo e ficarmos somente no nível do micro, do fragmentado. Como pensar o micro, localizando-o a curto prazo, dentro de uma visão mais ampla, de longo prazo, o macroestrutural.

Precisamos também valorizar as conquistas, ainda que parciais e incompletas, da cidadania e de condições dignas de vida que são possíveis. Devemos também atentar para as dimensões da subjetividade, para as nossas ações pessoais, grupais e macrosociais. Subjetividade não é algo que se opõe ao macrosocial, à estrutura. Somos seres que nos tornamos

mais humanos na nossa práxis, nas nossas relações humanas e nas nossas práticas sociais. O desafio é como não perder de vista estas dimensões da subjetividade e não cair na tentação pós-moderna, pró-neoliberalismo, de reduzir tudo à questão do indivíduo, do fragmentado, pois isto seria reforçar a teoria neoliberal de que não existe conceito de sociedade nem deve existir o Estado, só o indivíduo no mercado.

CONSEQUÊNCIAS DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

As desigualdades sociais moldaram uma sociedade discriminatória, hierarquizada, verticalizada, com clara propensão para a violência. Apontam ainda para uma regressão cultural. O massacre da Candelária, a chacina de Vigário Geral, a brutalidade de Carandiru e outras situações de violência, são os indicadores mais gritantes de uma evidente deterioração do tecido social, de um processo que caminha aceleradamente para a barbárie. Uma sociedade assim não favorece a participação política dos cidadãos. Com efeito, não pode haver verdadeira democracia em uma sociedade na qual quatro milhões de pessoas dependam do favor de outras para sobreviver.

Fonte: Cultura Vozes nº 6, novembro-dezembro de 1994.

Devemos também, no campo da subjetividade, desmascarar a espiritualidade idolátrica da humanização pelo consumo — é gente quem consome —, e mostrar que a humanização se dá quando as pessoas se relacionam fraternalmente umas com as outras, respeitando-lhes a dignidade e as diferenças. Trocando em miúdos, gente é gente, tenha dinheiro ou não, seja mulher ou homem, doutor ou analfa-

beto, homossexual ou heterossexual, branco ou negro ou quaisquer outras imposições externas, rótulos que a sociedade exige para reconhecer a dignidade de todos.

3. Devemos fortalecer a sociedade civil, o conjunto de organismos e instituições não-governamentais para forçar as mudanças éticas no sistema, sem com isto negar, diluir ou diminuir as ações na sociedade política e o importante papel do Estado no processo da criação de uma democracia real.

Manter a fé. As igrejas, como membros da sociedade civil (e talvez aqui haja uma grande novidade apontada no nosso módulo) não devem ter somente o Estado como principal interlocutor, ou partidos políticos. A Igreja, como membro da sociedade civil, deve dialogar com outros membros dessa sociedade e terá força e credibilidade na medida em que não se deixar cooptar pelo Estado, pelos partidos ou pelos organismos econômicos. E tal diálogo deve ser em busca da elaboração de propostas globais para a nossa sociedade, que levem em consideração o problema da exclusão social, das relações de gênero, as questões étnicas e também uma coisa muito importante dentro do modelo de desenvolvimento tecnológico implantado no Ocidente que é o problema da ecologia, da sobrevivência da Terra-Mãe.

Diante destas preocupações e desafios, ficou marcante uma frase da d. Francisca, participante do módulo, frase que ecoou por muitos lugares neste encontro: “Se perdemos a fé e a esperança, acabou tudo”.

Este artigo é uma reprodução do relato em plenária do Módulo Igreja e Sociedade, feito por Jung Mo Sung, na 1ª Jornada Ecumênica em outubro de 1994. Edição de Magali do Nascimento Cunha.

A ESPERANÇA ESTÁ VIVA

Magali do Nascimento Cunha

"Bendito seja o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, em sua grande misericórdia, nos gerou de novo, pela ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma esperança viva..."

Estas palavras contidas na carta do apóstolo Pedro aos cristãos da Diáspora (1 Pe 1.3) inspiraram o lema "Renascer para uma esperança viva", ênfase das reflexões da III Assembléia Geral do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) reunida nos dias 24 de janeiro a 1º de fevereiro na cidade chilena de Concepción.

"Que as palavras do apóstolo para as igrejas primitivas permanecam vivas e ressonantes em seus corações", disse o presidente do Clai, bispo Federico Pagura, aos mais de 400 presentes à cerimônia de abertura, dentre delegados plenos e fraternos, observadores, assessores, convidados, integrantes das equipes de serviço e autoridades políticas chilenas. Os participantes representaram 104 igrejas-membros de 20 países latino-americanos e caribenhos e foram desafiados a debater os quatro eixos temáticos — Ecumenismo e Unidade da Igreja; Evangelização, Liturgia e Pastoral; Promoção e Defesa da Vida; Justiça, Paz e Esperança Solidária — bem como a apresentar propostas para a atuação do Clai nos próximos anos.

RECONHECER E RESPEITAR AS DIFERENÇAS

O debate em torno dos eixos temáticos foi iniciado com uma reflexão sobre "o novo rosto religioso na América Latina", marcado pelo

crescimento pentecostal, o novo perfil das igrejas evangélicas tradicionais e o projeto católico de neocristandade. A partir daí os temas foram trabalhados em painéis com exposições dos assessores e em miniplenários e grupos, que analisaram e reformularam o documento com as futuras propostas de ação para o Clai. As reflexões foram assessoradas por teólogos como Miguez Bonino e Mortimer Árias e por estudiosos da religião como René Padilha, Yara Monteiro e outros.

Para o secretário-geral do Clai, rev. Felipe Adolf, as igrejas estão tomando consciência de que um projeto ecumênico para a América Latina é possível, daí a importância deste momento em que todos os que são parte da assembléia estão dispostos a definir o futuro do Clai.

Uma das reflexões mais marcantes foi apontada no painel sobre ecumenismo e unidade da igreja. Os participantes foram desafiados a uma prática ecumênica que valorize a pluralidade religiosa e a vulnerabilidade das experiências particulares, pois "a busca da unidade da igreja não pode ser um fim em si mesmo, um reforço da cristandade, o qual acaba reproduzindo mecanismos de exclusão e destruição do sagrado que é diferente".

O debate sobre as relações com a Igreja Católica Romana concluiu que, mesmo reconhecendo as dificuldades de relacionamento, é necessário reafirmar que o Clai tem um compromisso cristão de diálogo com todas as igrejas. Sendo assim a proposta é retomar as conversações com a Igreja Católica Romana em todos os níveis.

O diálogo e o espaço para as mulheres, negros, indígenas e jovens, foram também apontados como desafios à unidade da igreja.

MULHERES E JOVENS QUEREM RENASCER

Mais do que nunca ficou nítido para todos os que participaram da III Assembléia do Clai que sem as mulheres e jovens não há vínculo com as bases das igrejas. Daí o espaço conquistado para as pré-assembléias de jovens e mulheres acontecidas nos dias que antecederam o evento maior em Concepción.

As mulheres descobriram, dentre outras coisas, que a consciência de gênero não é suficiente para que as mulheres participem plenamente, é preciso capacitação política.

Já a juventude elaborou uma proposta de trabalho para uma Pastoral Juvenil Latino-Americana e Caribenha. Reconhece-se que há necessidade de garantir a participação da juventude na vida total da Igreja e de formação de uma nova geração de líderes ecumênicos.

RENOVAR PARA VALER

Além de estudar, apresentar e aprovar propostas de trabalho, a assembléia votou a admissão de oito novos membros plenos e oito novos membros fraternais, dentre eles o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), ambos do Brasil.

Os delegados também elegeram os 17 membros da Junta Diretiva. O pastor luterano brasileiro



O presidente eleito do Clai pastor Walter Altmann e o bispo Federico Pagura, presidente anterior, ladeados por Magali Cunha de KOINONIA e Jether Ramalho, editor de Tempo e Presença

Walter Altmann foi eleito presidente, cargo ocupado até então pelo bispo metodista argentino Federico Pagura.

O restante da composição da Junta foi marcadamente renovado. Apenas três dos antigos integrantes foram reeleitos e a maioria pertence à faixa etária inferior aos 45 anos.

Walter Altmann entende que o Clai "é um instrumento de serviço ao povo de Deus, que proporciona subsídios e iniciativas capazes de ajudar as igrejas a avançarem no seu compromisso com aqueles que sofrem necessidades". Para ele, o ponto mais desafiador da III Assembléia foi a interação entre piedade e ação comunitária e a presença atuante das igrejas pentecostais na Assembléia foi um fato que contribuiu para essa reflexão.

Ao deixar a presidência, o bispo Federico Pagura recebeu diversas homenagens por sua dedicação à causa ecumênica e à luta pelos direitos humanos. A homenagem oferecida pela equipe do Clai foi a edição de um livro com depoimentos e histórias sobre Pagura intitulado *Por isso é que hoje temos esperança*.

AMEAÇAS À UNIDADE

Os participantes da III Assembléia puderam se dar conta de que há quem cultive e ameace o renascer

da esperança. As notícias sobre o conflito armado entre Peru e Equador moveram emocionalmente a todos, especialmente os delegados representantes daqueles países, que deram-se as mãos em sinal de solidariedade e uniram-se em orações em prol da paz. Uma mensagem oficial foi remetida ao governo dos dois países exortando-os a "deter imediatamente o enfrentamento

armado e que nesta hora que nossos povos acumulam pobreza e frustração, orientem e esgotem os esforços de construção do progresso e bem-estar que lhes dê uma vida digna".

Outro exemplo de ameaça à unidade veio da Confederação de Igrejas Evangélicas Fundamentalistas (Cief). Uma assembléia paralela, na cidade de Concepción, foi organizada pela Cief, que formulou uma série de declarações contra o Clai publicadas na imprensa local. Segundo o jornal *El Sur*, o pastor presbiteriano Nadir Carreño, secretário-geral da Cief, classificou a III Assembléia como uma "reunião completamente secular, entre gente que não tem nada em comum com o plano religioso. Tudo gira em torno de preocupações com a justiça social, os direitos humanos e a participação política. Inquietações que podem ser muito dignas, mas não correspondem ao rol das Igrejas de Deus". O pastor também acusou o Clai de aliar-se a ateus e possuir um enorme poder econômico. Ele desqualificou qualquer esforço ecumênico: "devemos buscar a unidade no nível humano, com todas as pessoas, sem importarmos com as formas do pensar religioso; mas no plano espiritual não podemos".

O bispo Federico Pagura decla-

rou que esta história com a Cief é muito antiga e não merece ser contestada. "O principal protagonista é um pastor presbiteriano de nome Carl McIntyre, que dedicou sua vida a atacar todo o esforço pela unidade das igrejas, toda expressão de um Evangelho comprometido com a sociedade na luta pela justiça e pela paz no mundo", relatou.

ESPERANÇA É PARA SER VIVIDA

Embalados pelos cânticos, liturgias, e pelos estudos bíblicos dirigidos pelo brasileiro Milton Schwantes, a III Assembléia do Clai pôde partilhar diversas expressões de esperança mesmo em meio às ameaças da morte.

Os participantes puderam fazer contactos com a comunidade por meio de uma concentração pública no estádio de Concepción, que reuniu cerca de seis mil pessoas das diversas igrejas locais, e por visitas a igrejas e a outros grupos da região. Todos foram também animados pelos testemunhos de esperança trazidos por participantes de diversas partes do mundo — América do Norte, Europa e Ásia —, dentre eles a palavra do secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, rev. Konrad Raiser. Ele destacou a crise dos paradigmas que guiaram os povos em suas lutas por justiça e libertação nos últimos vinte anos. Neste contexto, destacou Raiser, o movimento ecumênico deve entender-se como uma conversão a uma esperança viva, como a busca comum do povo cristão por um espaço aberto onde a esperança de uma verdadeira comunhão e da vida em plenitude possa crescer e nutrir-se.

Magali do Nascimento Cunha é jornalista, metodista, e coordena a Unidade de Comunicação de KOINONIA.

CARTA DE CONCEPCIÓN

Irmãos e irmãs das igrejas e organismos fraternos da América Latina e Caribe,

Paz e desejos de bênçãos sejam com todos vocês!

Convocados a reunirmo-nos em nossa III Assembléia Geral de 25 de janeiro a 1º de fevereiro de 1995 no campus da Universidade de Concepción, Chile, e inspirados pelas palavras do apóstolo Paulo "Chamados a renascer para uma esperança viva", nos dirigimos a vocês para uma saudação fraterna naquele que nos faz um na fé e no testemunho.

A diversidade de nossa composição assim como de nossas denominações deixou clara a pluralidade do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) ao reunir homens, mulheres, indígenas, negros e negras e jovens de diversas regiões, igrejas e organismos ecumênicos da América Latina e Caribe. Todos nós, juntos com irmãos e irmãs procedentes de outros continentes, pudemos compartilhar nossos medos e temores assim como nossas alegrias e esperanças por um mundo justo e sustentável, onde a paz seja possível.

Essa harmoniosa convivência se mostrou no caráter palpitante da assembléia e no intenso trabalho dos grupos. Por sua vez, o fruto dessa *koinonia* refletiu-se na afirmação de nossas relações e em um documento de trabalho que esperamos constitua uma utopia realizável a partir de nossas práticas eclesiais e ecumênicas.

Por outro lado, num clima celebrativo e juntamente com as igrejas, realizamos um grandioso ato público no Estádio Regional de Concepción, no sábado, dia 28 de janeiro, que nos permitiu partilhar com tantas irmãs e irmãos chile-

nos a fé e vocação comuns que nos reuniram no meio deles durante estes dias.

Queremos destacar, também, a oportunidade de partilhar a celebração de nossa fé e esperanças comuns ao lado dos irmãos e irmãs das congregações locais da Oitava Região (Chile) durante o domingo, 29 de janeiro. Foi impactante o contato com mineiros, pescadores artesanais e trabalhadores sem emprego, casas ameaçadas pela iminente criação de um porto de embarque e a vida em uma comunidade indígena, entre outros.

"Chamados a renascer para uma esperança viva" ressoava em nossos ouvidos quando os canhões destruíam vidas de tantos jovens equatorianos e peruanos.

"Chamados a renascer para uma esperança viva" quando países latino-americanos e caribenhos vivem ainda sob o colonialismo.

"Chamados a renascer para uma esperança viva" quando ainda a discriminação e a marginalidade são moeda corrente entre os corpos de milhões de compatriotas.

Queridas irmãs e irmãos,

São muitos os sinais da presença do Reino de Deus em meio aos sofrimentos de nosso povo.

Em nossa assembléia reafirmamos a esperança de que o que nos acontece não pode nem deve ser o fim. Que Deus tem um projeto de vida para o qual nos convoca a somarmos para servir-lhe em fidelidade por causa daquele que ressuscitou para dar-nos vida e vida em abundância... Este projeto se expressa:

na promoção da unidade e na ação ecumênica;



na evangelização, na liturgia e na pastoral;
na promoção e na defesa da vida;

na justiça, na paz e na esperança solidárias;

no cuidado com o meio ambiente, na participação

da mulher e na criação de espaços para os setores jovens;

na criação de comunidades solidárias e viventes, nas quais Deus possa habitar e mostrar-se nelas.

"Chamados a renascer para uma esperança viva" tem sido a convocatória.

"Chamados a renascer para uma esperança viva" tem sido o espírito que nos anima.

Agradecidos pelas orações de vocês durante nossas deliberações e acordos, calor humano e fraterna hospitalidade que temos sentido da parte dos irmãos chilenos, nos despedimos com as palavras da Escritura:

"E o Deus da paz, que ressuscitou a nosso Senhor Jesus Cristo dentre os mortos, seja com todos vocês. Com cada uma e com cada um de nós".

Que sua paz habite com plenitude em meio aos clamores e esperanças de nosso tempo. Que seu Espírito nos acompanhe e anime no serviço a que somos chamados.

Assembléia do Conselho Latino-Americano de Igrejas

Concepción, Chile, 1º de fevereiro de 1995

Carta final dos participantes da III Assembléia Geral do Conselho Latino-Americano de Igrejas, realizada de 25 de janeiro a 1º de fevereiro de 1995 em Concepción, Chile.

COM OLHO DE PEIXE

Acredito no Rio Amazonas desde que eu era menino. Meu pai foi quem primeiro me falou dele. Disse que sua largura era tamanha que o lado de lá não se via. Eu, acostumado a pescar lambaris em ribeirões e riachinhos, ouvia ele dizer que o rio maior que tinha visto, o Grande, perto do Amazonas não passava de um mijinho de menino. No grupo decorei e recitei feito poesia os nomes dos afluentes dele, Juruá, Tefé, Purus, Madeira, Tapajós, Xingu. Aprendi também sobre a pororoca, briga que o rio perde sempre, porque o mar é maior do que ele. Assim é a vida: o mar tem sempre a última palavra... Mas o que me fascinava mais, mesmo, era a notícia de uma planta de folha tão grande que nela se podia deitar uma criança. Tudo era assombroso.

Acreditei sem nunca ter visto, só de ouvir dizer. Acreditei tanto que cheguei mesmo a viajar para lá para ver o rio. E vi com estes olhos, e quando o quero rever releio o poema do Heládio Brito:

*Eu vim de ver o rio
o frouxo ir das águas,
pesadas delas mesmas,
grossas das lonjuras vindas
no irem sendo rio,
Líquido boi cansado
carregado de peixes,
trabalha o rio
para os homens da margem,
que ao suado lombo lhe fustigam
com seus anzóis e redes...*

Cheguei mesmo a navegar nas suas águas, se atravessar de balsa é navegar. Não, não é não. Quem navega com a cabeça fora d'água nada sabe. É preciso mergulhar, penetrar fundo nas águas. Mas, para isso, seria preciso que fôssemos como os peixes. O Guimarães Rosa amava tanto os rios que desejava, numa outra encarnação, nascer crocodilo. Nós, humanos, só conhecemos os rios na superfície. Os crocodilos os conhecem nas funduras. Nas funduras os rios são escuros e tranquilos como os sofrimentos dos homens. Essa eu não sabia, que os sofrimentos são escuros e tranquilos...

Aí ele diz uma coisa inusitada, que o rio é

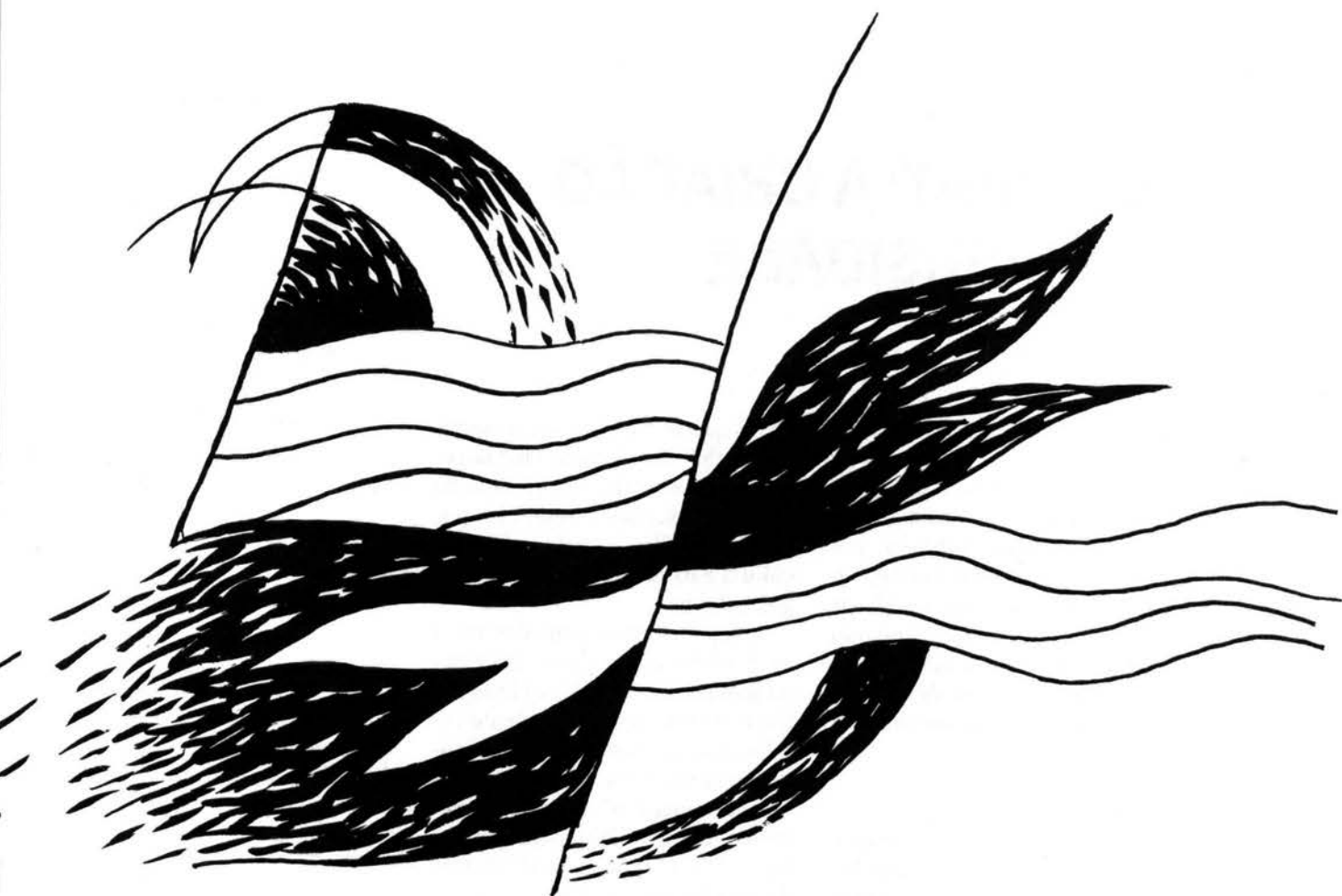
palavra mágica para conjugar eternidade. Eu havia aprendido o contrário, que rio é palavra para conjugar tempo. Pelo menos foi assim que ouvi de Heráclito, o filósofo: tudo flui, nada permanece, tudo é rio...

Mas lendo as Escrituras Sagradas percebi que certo estava o João: a eternidade mora no fundo das águas, no fundo do tempo. Quando Deus quis fazer artes mágicas com Jonas, jogou-o no mar, onde um peixe o aguardava de boca aberta, e por três dias ficou na fundura das águas, como feto na barriga da mãe, até que se transformasse em profeta. O que não é muito diferente das metamorfoses que fazem um poeta — portentoso confirmado pela Cecília Meirelles e pelo T.S. Eliot que afirma que, para fazer poesia é preciso ter olhos de peixe. Não é por acaso, portanto, que o ritual mágico para transformação do velho em crianças, a que se dá o nome de batismo, siga a metáfora do afogamento e do nascimento: o adulto é mergulhado, de corpo inteiro, nas águas de um rio: o velho que mergulha morre; a criatura que sai das águas é menino.

Não é por acaso, portanto, que o peixe seja, a um tempo, símbolo poético e símbolo profético: é que ele nada nas funduras do tempo, onde a eternidade gera os seus milagres.

Na superfície do rio é tempo que flui, sem parar. Assim estava escrito nos carrilhões antigos, aqueles relógios enormes de pêndulo sem pressa: tempus fugit: o tempo passa: a vida vai se perdendo nas águas do nunca mais. Resta então a saudade sem remédio, caso tenha havido amor e alegria. A festança ao fim do tempo só se justifica se amor não houve, nem alegria. A perda da coisa amada não pode ser festejada. Só pode ser lamentada.

Mas pensando no que dizem os poetas e profetas, eu me descubro transformando o choro em riso, os que semeiam com lágrimas com alegria ceifarão, pois Deus é o rio mostrando as suas entranhas, no fundo, na eternidade, as águas correm ao contrário, disso sabem os peixes, que nadam contra a correnteza, a alma também na superfície a



gente nasce nenezinho, tempus fugit e a gente fica adulto, tempus fugit e a gente fica velho, tempus fugit e a gente morre. Nas funduras, onde mora a eternidade, é ao contrário. Primeiro é a velhice. Aí, tempus fugit, a gente vira menino.

Deus começa sempre pelo fim. Nas Escrituras Sagradas o dia começa com a tarde e termina com a manhã. Está escrito no poema da Criação. "E foi a tarde e a manhã do primeiro dia..." O sol se põe, mais um dia inicia. O fim é o lugar do começo.

Ao recitar as estações do ano a gente automaticamente, diz: primavera, verão, outono, inverno. Mas lendo D. Miguel de Unamuno percebi que isso não está certo. O tempo é uma roda. Se nas Escrituras o dia começa com a tarde, no ano as estações podem muito bem se iniciar com o inverno. Inverno, primavera, verão, outono... O inverno é a infância do ano. No seu silêncio profundo a primavera está em gestação. No

silêncio do fim moram os começos. No silêncio da velhice mora a infância.

Tem gente que acredita em Deus com firmeza, do jeito mesmo como eu acreditava no rio Amazonas, por ouvir dizer, chegando a discorrer com autoridade, invocando teologia e dogma, feito o meu pai, que ensinava sem nunca ter ido ou visto. Não mergulha, por medo de se afogar. Agora eu acredito em Deus como crocodilo ou peixe, para me des-afogar... Eu preciso dele para o tempo andar ao contrário. E é assim que eu o imagino, como um pescador que vai lançando nas águas do tempo as redes da eternidade, para pescar tudo aquilo que foi amado e que se perdeu. Para nos devolver. É o "eterno retorno". É a "ressurreição dos mortos". É a primavera nascendo do inverno. É a criança nascendo do velho.

Isso eu desejo do ano novo, criança nascida do velho, que eu seja mais criança do que fui.

BERESHIT: A CRIAÇÃO DA DIVERSIDADE

Maurício Waldman

O livro de Gênesis, ou *Bereshit*, como é conhecido na *Lashon Ha-Kodesh* — o hebraico, é possivelmente uma das mais conhecidas narrativas bíblicas, um relato que traz a marca da tradição judaico-cristã, uma das múltiplas vertentes originárias do “mundo pré-moderno”, aquele que antecederia o novo universo de valores criados pela civilização contemporânea.

TEMPO HEBRAICO

Este texto atenderia basicamente ao debate relativo ao conceito hebraico de tempo. O fato de o tempo hebraico ser retilíneo já foi utilizado por alguns teóricos para julgá-lo como em oposição à diversidade do tempo, portanto, em contradição a outras leituras e posicionamentos culturais diante da fruição da temporalidade. Ele se oporia aos ciclos da natureza, o que o tornaria responsável pela degradação do meio natural, além de incluir uma estratégia de exclusão de outros grupos e povos.

Por estas razões, e também por ser a modernidade uma civilização baseada na interpretação de que o tempo, além de “ser dinheiro”, é acelerado, importaria ater-nos a uma reavaliação do tempo hebraico. Isto nos possibilita visualizar sua atualidade na ótica dos excluídos, marginalizados dos processos de transformação e de perpetuação da vida pelo tempo da modernidade.

Há que se atentar para os sentidos simbólicos do tempo hebraico. Embora possivelmente refratários a uma transcrição direta, eles podem ser decifrados pela análise da cultura e da religiosidade dos antigos hebreus.

Independente de considerarmos os hebreus como povo, religião, ou movimento social, são indiscutíveis os traços marcadamente semíticos, orientais e antigos presentes no pensamento hebraico. Estes “rasgos arcaicos” da cultura hebraica, compartilhados por diversos outros contextos civilizatórios do mundo “pré-moderno”, tornam esta cultura, bem como o próprio cristianismo, mais próximos do “mundo tradicional” do que se poderia supor à primeira vista.

Refiro-me basicamente às duas noções básicas do tempo bíblico, análogas a muitas outras interpretações “pré-modernas”. A primeira, associa-se à noção de um tempo qualitativo, marcado por eventos significativos. A segunda, inseparável da primeira, é a de que este tempo é segmentado, “onde cada coisa tem seu tempo, e existe um tempo próprio para cada coisa”.

TEMPO BÍBLICO

O texto bíblico não concebe o tempo como uma entidade abstrata, vazia, quantitativa, irreversível e retilínea, medida por anos, dias, horas, minutos e segundos, dentro da qual tudo é contido e tudo suce-

de. A idéia bíblica de tempo é de algo concreto, vivo, experimental e qualitativo, que incorpora os seres e as coisas, e que não se pode representar independente deles.

É neste sentido que o relato da criação é articulado em sete “dias”. A cada dia, são atribuídas as “falas” da criação: a separação da luz e da treva, no “dia um”; o céu no “dia dois”; o mar e as plantas no “dia três”; a luz e os astros no dia quatro; os animais no “dia cinco”; o homem e a mulher no “dia seis”; o sábado, a coroa da criação no “dia sete”.

O fato destes “sete dias” da criação serem “anormais” porque distribuídos desigualmente com relação ao sol, é na realidade pouco importante, visto não serem dias astronômicos. Não se trata, na perspectiva bíblica, de uma pré-história, mas do começo da história. Esta interpretação da temporalidade, inaugurada em *Bereshit*, aparece em diversos livros da Bíblia. Elas confirmam uma velha e autêntica sabedoria popular, cujo sentido para o tempo residia na





Vanda Freitas

constante vinculação do tempo ao “ser e ao acontecer de cada coisa”.

Estreitamente vinculada a esta forma de entender a passagem do tempo, está outra característica típica das culturas “pré-modernas”, definida como a da “especialização do tempo”. Dito em outras palavras, o tempo é medido, aferido, compreendido, em função de marcadores espaciais ou socioambientais.

Uma das pistas que encontramos desta postura frente à temporalidade é também fornecida por *Bereshit*. Eis como Deus, no quarto dia, faz sua “fala dos astros”: “Deus disse: que existam luzeiros no firmamento do céu, para separar o dia e a noite e para marcar festas, dias e anos” (Gênesis 1.14).

A antiga Palestina foi ocupada por diversos grupos sociais que compartilhavam uma idêntica exclusão da parte do poder estabelecido no antigo Oriente Médio. País com grande variedade de paisagens naturais, muito contrastantes entre si, facilitou o surgimento de diversos “espaços territoriais com-

partimentados”, expressão de dinamismos sociais e históricos peculiares a cada um desses grupos, cada um deles concebendo à sua maneira a fruição do Tempo.

É com base nessas ressalvas que podemos, simultaneamente, afirmar o caráter singular e geral do tempo hebraico. Sua singularidade, é justamente dispor estas diferentes fruições do tempo — a de cada grupo tribal, de cada compartimento territorial, de cada atividade, do tempo de cada profeta ou juiz, e assim por diante — ordenando-as retilinearmente.

Os impérios egípcios e os da Mesopotâmia, por serem estados centralizados, pautaram-se por uma concepção cíclica e repetitiva do tempo. O javismo constituiu uma contracosmogonia que se antagonizava com essas nações. Isto explica o fato das populações hebraicas — ou *hapiru* — desenvolverem uma forma de compreender a temporalidade crítica das versões apresentadas pelos grandes poderes imperiais.

UM NOVO TEMPO

Propor a retilinearidade do tempo é uma das formas que os textos veterotestamentários encontraram para evitar o recurso à linguagem mítica. O Deus de Israel inaugura um novo tempo que não se identifica com um ciclo de tributos repetido imemorialmente, abatendo-se sobre os grupos sociais não representados no edifício do poder.

Em toda a Bíblia, o verbo *bara*, que designa o ato criador, se reserva ao Altíssimo. Só Deus pode criar, ou dito hebraicamente, “fazer jorrar, de maneira súbita e soberana, o tempo”. A palavra que inicia a narrativa, *Bereshit*, revela que o essencial ao narrador do Gênesis não é o que houve no princípio, mas sim, “que houve um princípio”. *Bereshit*, não significa “no princípio”, mas “num princípio”.

A retilinearidade do tempo, própria da incultura bíblica, é talvez a mais proeminente contribuição do pensamento hebraico. Ela se diferencia de todas as demais interpretações do mundo oriental justamente por dispor o

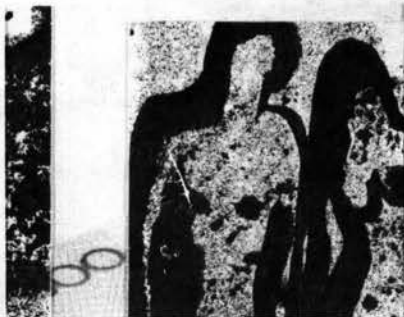
homem diante da história, a qual em *Bereshit*, tem o seu começo consagrado.

Por intermédio de *Bereshit*, os hebreus entendiam que a origem do mundo não estava oculta à inteligência humana. Para o homem permanecer em união com a criação, não necessita transcender sua história e chegar a uma dimensão mítica. Por ser história, e não um mito, a "gesta da criação" convida o homem a ser um participante permanente da construção da história como fonte libertadora.

Com base nestes apontamentos, não é possível visualizar o tempo hebraico como "precursor" do tempo retilíneo da modernidade. No tempo hebraico há um encadeamento linear que obedece à lógica da particularidade e da diversidade. Cada coisa, ao ter seu próprio tempo, está numa relação de parceria com outros tempos e outras coisas. Não há pois, uma hierarquia entre eles.

Bereshit ordena cardinalmente os dias da criação. Numa transcrição de cunho hebraizante, podemos ler: "dia um", "dois", "três", até o dia "sete", o sábado, dia culminante da criação. Neste se institui o descanso sagrado para a terra, para o gado, para os homens e as mulheres que pelo seu trabalho, foram encarregados de preservar (guardar) e transformar (cultivar) os bens dispostos pelo Criador nos seis dias anteriores.

A temporalidade moderna tem outro significado. Inclui um sentido de aceleração, de progressividade que é estranho ao pensamento bíblico. No Ocidente, a retilinearidade do tempo resulta de um "entendimento ordinal, e não cardinal da fruição da temporalidade". Assim, a ordenação do tempo se dá em termos de um "primeiro", seguido de um "segundo", "terceiro", e assim sucessivamente. Essa visão se traduz numa perspectiva evolutiva que é contrária à diversi-



dade e ao compartilhamento dos tempos e dos espaços. O tempo da modernidade é um dos componentes da idolatria do mercado, da exclusão e da perda dos sentidos sagrados da criação.

A singularidade do tempo hebraico, ou seja, o encadeamento histórico linear, demitificado como está no relato de *Bereshit*, pode desta forma, construir um sólido argumento ecumênico com as mais diversas crenças religiosas.

ELEMENTOS DE DIÁLOGO

Além de um irmanamento já existente entre as igrejas cristãs e dos esforços que se dão nas relações com o judaísmo, o fato do tempo bíblico constituir uma das vertentes originárias do mundo da tradição, o habilitaria a credenciá-lo como um elemento fundamental para um diálogo imprescindível com outras culturas e outras tradições religiosas.

Bereshit é uma narrativa que inicia uma ampla sucessão de referências qualitativas, afetivas, sensíveis e avessas à imposição da hierarquia. Essas referências podem ser encontradas em outras tradições religiosas, como na do tempo espiralado, próprio do conjunto de valores civilizatórios do mundo negro-africano.

A discussão do tempo hebraico teria, pois, pelo menos duas implicações teológicas e ecumênicas que são:

■ A noção de tempo na Bíblia é o da diversidade e do respeito aos ciclos naturais. Desdobramento de um contexto histórico e cultural em que os formuladores dessa temporalidade são os excluídos de

outrora. Ela não deixa de ser em nenhum momento, um elemento de interlocução com o "outro", mesmo porque este "outro", dentre eles, o muçulmano, o hinduísta, o negro-africano e o afro-brasileiro, são igualmente representativos de um universo tradicional

■ Caberia ressaltar que a análise do tempo hebraico nos revela a necessidade da "des-ocidentalização", tanto do judaísmo, quanto do cristianismo. Ambos, são religiões provenientes do universo tradicional, ou em outras palavras, do Terceiro Mundo. Ao se reassumirem geograficamente, estas duas grandes religiões também estarão se redefinindo teológica e ecumenicamente, colocando-se em oposição a um padrão civilizatório — o Ocidente —, cujas grandes expressões do sagrado são o lucro e o mercado.

Estes elementos do tempo hebraico, com o qual o cristianismo não deixa em nenhum momento de irmanar-se, são talvez uma das mais sólidas construções de respeito à diversidade, e da luta por uma sociedade justa, uma necessidade pungente num mundo desigualmente unificado pelo Ocidente.

É preciso, urgentemente, com toda dedicação possível, transformar uma das máximas deste tempo, "a de que tudo tem seu tempo, numa sociedade em que todos os homens e mulheres sejam efetivamente senhores do seu destino, ou melhor, de um tempo em que a diversidade seja parceira inseparável do conceito de humanidade".

Maurício Waldman, judeu, é sociólogo e geógrafo. Mestrando em antropologia social na Universidade de São Paulo (USP). Autor de *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992).

ALTERNATIVAS PARA O BRASIL

Paulo R. Schilling

BRASIL: ALTERNATIVAS E PROTAGONISTAS

Por uma sociedade democrática
Setor Pastoral Social - CNBB
Petrópolis, Editora Vozes, 1994
13,5 X 21 cm, 157 páginas

Verifica-se em nosso país uma acelerada decomposição das organizações populares caracterizada por: partidos que lutavam pelo socialismo transformados em social-democráticos, aceitando mesmo as regras do neoliberalismo; outros que se auto-intitulavam "social-democratas" aliam-se à direita da etapa ditatorial; centrais sindicais participantes de "câmaras setoriais" que permitem às empresas transnacionais aumentar sua produção em 40% ao ano, com somente 1% a mais da força de trabalho; essas mesmas centrais, com a aceitação da infame prática de horas extras, condenada há mais de um século pelos trabalhadores do mundo, lançam seus colegas à exclusão. Enquanto tal decomposição ainda se verifica, observa-se, de parte das igrejas, uma firme posição de defesa dos direitos das classes trabalhadoras, dos excluídos e de combate ao neoliberalismo.

A Segunda Semana Social Brasileira — tendo como tema central "Brasil: alternativas e protagonistas" —, debateu intensamente o desenvolvimento econômico, o Estado democrático, a cidadania superando a dominação política e cultural e os sujeitos e valores emergentes.

O documento final, publicado no livro *Brasil: Alternativas e Protagonistas* — Por uma sociedade democrática, constitui uma valiosa análise da realidade brasileira e aponta as soluções para uma revo-

lução democrática popular para o Brasil.

O povo brasileiro vive numa sociedade eticamente invertida. Uma sociedade que valoriza o capital em detrimento do ser humano. Nesta sociedade capitalista, o sujeito é o capital e a pessoa humana torna-se um mero instrumento para a realização deste sujeito: O desafio fundamental, portanto, é inverter esta ordem, fazer com que a pessoa seja respeitada como fim e que a economia esteja a serviço da vida.

A situação criada pelo capitalismo selvagem vigente nos países subdesenvolvidos agrava-se drasticamente com a institucionalização das regras do neoliberalismo:

O neoliberalismo já não propõe mais a inclusão de todos ao mercado, e sim a reciclagem e diversificação da produção para provocar o consumo dos que estão no mercado. Os outros, os que sobram, são mantidos à distância, contornados, eventualmente assistidos até que desapareçam.

Para o aperfeiçoamento do sistema democrático e da plena realização da cidadania, o documento preconiza profundas transformações de caráter econômico, político e cultural, esferas em que ocorrem arraigados processos de dominação (...). Não se pode falar em democracia, em cidadania sem se concretizar o acesso à terra, à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à informação e comunicação, enfim aos direitos básicos garantidos pela Constituição Brasileira.

O documento mostra a maneira de enfrentar a crescente exclusão social pela qual se caracteriza a situação brasileira dos últimos anos, es-



pecialmente em razão da aplicação das receitas do neoliberalismo:

As desigualdades, socialmente produzidas e politicamente reproduzidas, só serão superadas através de uma inversão nas prioridades, submetendo o técnico

ao político, o econômico ao social com ênfase no atendimento às necessidades básicas dos excluídos, conduzindo a uma mudança do próprio sistema vigente.

A condenação ao monopólio da informação é contundente: *Existe uma escandalosa concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos, servindo aos interesses elitistas de uma sociedade de consumo excludente.*

O documento indica a solução: *Uma política democrática de comunicação pressupõe, além de mudanças na legislação, o desenvolvimento de práticas educativas que capacitem a população, tanto para a produção e o uso dos recursos da comunicação, como para uma recepção ativa e crítica das mensagens massivas.*

O documento critica em forma dura o Mercosul (a integração dos países do Cone Sul: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai):

A instauração do Mercosul não leva em consideração, e desrespeita o grande sonho de integração cultural dos países latino-americanos e a preservação das identidades nacionais e culturais dos mesmos, restringindo-se puramente a uma série de medidas econômicas e comerciais (...).

Paulo Schilling é responsável pelo Projeto "Sociedade e Economia" de KOINONIA.



**Novo governo
Política agrária
Jornada Ecumênica
Religião e neoliberalismo
Assembléia do Clai**